

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**

**VINICIUS GAMBI SALES**

**ESTUDO DE MUDANÇAS NO PERFIL DOCENTE E DISCENTE DO ENSINO  
SUPERIOR BRASILEIRO PÓS LEI DE COTAS, POR MEIO DE ANÁLISE DOS  
MICRODADOS DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**LONDRINA**

**2023**

**VINICIUS GAMBI SALES**

**ESTUDO DE MUDANÇAS NO PERFIL DOCENTE E DISCENTE DO ENSINO  
SUPERIOR BRASILEIRO PÓS LEI DE COTAS, POR MEIO DE ANÁLISE DOS  
MICRODADOS DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**Study of changes in the profile of faculty and students in brazilian higher  
education after the quota law, through analysis of microdata from the higher  
education census**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentada como requisito para obtenção do título de  
Bacharel em Engenharia de Produção da Universidade  
Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).  
Orientador(a): Rogério Tondato.

**LONDRINA**

**2023**



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

Esta licença permite remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es) e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

**VINICIUS GAMBI SALES**

**ESTUDO DE MUDANÇAS NO PERFIL DOCENTE E DISCENTE DO ENSINO  
SUPERIOR BRASILEIRO PÓS LEI DE COTAS, POR MEIO DE ANÁLISE DOS  
MICRODADOS DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação  
apresentado como requisito para obtenção do título de  
Bacharel em Engenharia de Produção da Universidade  
Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Data de aprovação: 19 de junho de 2023

---

José Ângelo Ferreira  
Doutor  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

---

Rogério Tondato  
Doutor  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

---

Silvana Quintilhano Rodrigues  
Pós-Doutora  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

**LONDRINA**

**2023**

Dedico este trabalho a Deus e à minha família.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus e Nossa Senhora por estarem comigo sempre, em todos os momentos, iluminando os meus pensamentos, guiando as minhas escolhas e os meus passos.

Aos meus pais por terem me dado a vida, e junto à minha irmã, todo o amor, carinho, compreensão, incentivo e suporte, sempre oferecendo o melhor que pudessem, seja com necessidades materiais ou emocionais, para que eu pudesse me desenvolver.

Ao meu orientador, professor Rogério Tondato, por muito ter me ajudado, sendo um excelente orientador, com uma especial atenção, sendo sempre prestativo mesmo em meio à sua grande carga horária. Também por todos os conselhos e conhecimento transmitido que contribuíram para meu crescimento. Meu respeito e gratidão!

Aos meus amigos, que acompanharam essa caminhada ao meu lado. Em especial aos que, me ajudaram na realização desse trabalho, Vinicius Barbosa Pereira Mariano e minha namorada, Julia Hummel Della Barba.

E agradeço a todos aqueles que de alguma maneira, direta ou indiretamente, contribuíram para meu crescimento, minha formação e para a realização desse trabalho.

“A inclusão não é uma invenção moderna, mas parte integrante da mensagem salvífica cristã. Hoje, é necessário acelerar esse movimento inclusivo da educação para combater a cultura do descarte, criada pela rejeição da fraternidade como elemento constitutivo da humanidade.”  
(FRANCISCO, 2020).

## RESUMO

As políticas de ações afirmativas têm se mostrado importantes para a redução das desigualdades no Brasil. Nesse sentido, foi publicada em 2012, a Lei de Cotas, que determina reserva de vagas para estudantes pretos, pardos, indígenas, deficientes, e/ou de baixa renda, advindo de escolas públicas. São necessárias informações sistematizadas para avaliar uma política pública como essa. Este estudo tem por objetivo apresentar as alterações no perfil docente e discente, de 2009 para 2019, para avaliação das ações afirmativas, em especial a Lei de Cotas, no Brasil, nesse período. Para isso foi realizada uma análise dos microdados do Censo da Educação Superior. Após análise exploratória da base e estudos bibliográficos, foram levantadas perguntas diretas, para guiar a análise, separadas em docentes e discentes. Então os microdados foram preparados e foram realizadas comparações dos dados dos dois anos para mostrar as evoluções no período, mostrando tendências de aumento e redução para cada subgrupo analisado. A análise de discentes, apresenta grandes avanços em aumento percentual, nas públicas e federais, para alunos matriculados pardos (41% e 40%), indígenas (85% e 121%), mas não para pretos (0 e -19%). Deficientes tiveram grandes aumentos percentuais para docentes, nas públicas e federais (139%, 90% e 47%) e para discentes, nas públicas e federais (189% e 240%). Palavras-chave: ações afirmativas; reserva de vagas; inclusão social; análise de dados.

## ABSTRACT

Affirmative action policies have proven to be important in reducing inequalities in Brazil. In this context, the Quota Law was enacted in 2012, which mandates reserved spots for Black, Brown, Indigenous, persons with disabilities, and/or low-income students from public schools. Systematized information is necessary to evaluate a public policy like this. This study aims to present the changes in the profiles of educators and students from 2009 to 2019 for the evaluation of affirmative actions, particularly the Quota Law, in Brazil during this period. For this, an analysis of the microdata from the Higher Education Census was conducted. After an exploratory analysis of the database and bibliographic studies, guiding questions were raised to steer the analysis, separated into educators and students. The microdata were then prepared, and comparisons of the data from the two years were made to show the developments over the period, indicating trends of increase and decrease for each subgroup analyzed. The analysis regarding educators generally shows an increase in the representation of Black, Brown, and Indigenous individuals, as well as progress in their qualifications. The analysis of students shows significant advances in percentage increase, in public and federal institutions, for enrolled brown students (41% and 40%), indigenous students (85% and 121%), but not for black students (0 and -19%). Disabled individuals saw large percentage increases for faculty members in public and federal institutions (139%, 90%, and 47%), and for students in public and federal institutions (189% and 240%).

Keywords: affirmative actions; reserved spots; social inclusion; data analysis.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1 - Exemplificação da reserva de vagas conforme a Lei de Cotas .....</b>	<b>16</b>
<b>Figura 2 - Estruturação da pesquisa da LEPES/FE/UFRJ .....</b>	<b>19</b>
<b>Figura 3 - Presença de docentes por raça e escolaridade nas instituições públicas (2009 e 2019) .....</b>	<b>30</b>
<b>Figura 4 - Presença de docentes por raça e escolaridade nas instituições privadas (2009 e 2019) .....</b>	<b>31</b>
<b>Figura 5 - Presença de docentes por raça e escolaridade nas instituições federais (2009 e 2019) .....</b>	<b>32</b>
<b>Figura 6- Representatividade de discentes por gênero nas instituições (a) públicas, (b) federais, e (c) privadas, em 2009 e 2019 .....</b>	<b>44</b>
<b>Figura 7 - Representatividade de discentes matriculados, por raça, nas instituições (a) públicas e (b) federais, em 2009 e 2019 .....</b>	<b>45</b>
<b>Figura 8 - Representatividade de discentes ativos, por raça, nas instituições (a) públicas e (b) federais, em 2009 e 2019.....</b>	<b>47</b>
<b>Figura 9 - Representatividade de discentes ingressantes, por raça, nas instituições (a) públicas e (b) federais, em 2009 e 2019.....</b>	<b>49</b>
<b>Figura 10 - Representatividade de discentes concluintes, por raça, nas instituições (a) públicas e (b) federais, em 2009 e 2019.....</b>	<b>50</b>
<b>Figura 11 - Representatividade de discentes deficientes, por raça, nas instituições (a) públicas e (b) federais, em 2009 e 2019.....</b>	<b>52</b>
<b>Figura 12 - Número de ingressantes por reserva de vagas nas universidades federais .....</b>	<b>57</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de docentes a serem desconsiderados da análise por motivo .....	25
Tabela 2 - Visão geral de dados faltantes e do universo de análise de docentes .....	25
Tabela 3 - Quantidade de docentes por categoria administrativa e ano .....	26
Tabela 4 - Presença e evolução de docentes por raça nas instituições privadas (2009 e/a 2019).....	26
Tabela 5 – Presença e evolução de docentes por raça nas instituições públicas (2009 e/a 2019).....	27
Tabela 6 - Presença e evolução de docentes por raça nas instituições federais (2009 e/a 2019).....	28
Tabela 7 - Presença e evolução de docentes com bolsa de pesquisa por raça nas instituições públicas (2009 e/a 2019).....	33
Tabela 8 - Presença e evolução de docentes com bolsa de pesquisa por raça nas instituições privadas (2009 e/a 2019) .....	34
Tabela 9 - Presença e evolução de docentes com bolsa de pesquisa por raça nas instituições federais (2009 e/a 2019) .....	34
Tabela 10 - Quantidades de docentes deficientes em 2009 e 2019 .....	36
Tabela 11 - Presença e evolução de docentes deficientes por raça nas instituições públicas (2009 e/a 2019).....	36
Tabela 12 - Presença e evolução de docentes deficientes por raça nas instituições privadas (2009 e/a 2019).....	37
Tabela 13 - Presença e evolução de docentes deficientes por raça nas instituições federais (2009 e/a 2019) .....	37
Tabela 14 – Quantidade de alunos por características de análise de discentes nas públicas .....	43
Tabela 15 - Quantidade de discentes deficientes em 2009 e 2019 .....	51

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 - Variáveis da base de docentes unificada para a análise .....</b>	<b>24</b>
<b>Quadro 2 - Aumentos percentuais de cada subgrupo de docentes analisado..</b>	<b>39</b>
<b>Quadro 3 - Variáveis da base unificada para a análise .....</b>	<b>42</b>
<b>Quadro 4 - Representatividade de discentes matriculados, por área geral de curso, e raça, nas instituições públicas e federais .....</b>	<b>53</b>
<b>Quadro 5 - Aumentos percentuais de cada subgrupo de discentes analisado.</b>	<b>59</b>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>1.1</b>	<b>Objetivo Geral</b> .....	<b>12</b>
<b>1.2</b>	<b>Justificativa</b> .....	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>14</b>
<b>2.1</b>	<b>Trabalhos Relacionados</b> .....	<b>17</b>
2.1.1	O perfil discente das universidades mudou pós Lei de Cotas? .....	17
2.1.2	Avaliação das políticas de ação afirmativa no ensino superior no Brasil	18
<b>3</b>	<b>MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA</b> .....	<b>21</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DE DADOS</b> .....	<b>22</b>
<b>4.1</b>	<b>Docentes</b> .....	<b>23</b>
4.1.1	Representatividade geral por raças nas instituições privadas, públicas e federais	26
4.1.2	Representatividade de raças por escolaridades .....	29
4.1.3	Representatividade de docentes com bolsa de pesquisa por raça .....	32
4.1.4	Representatividade de docentes deficientes por raça .....	35
4.1.5	Síntese da análise de docentes.....	38
<b>4.2</b>	<b>Discentes</b> .....	<b>40</b>
4.2.1	Representatividade de discentes matriculados por sexo .....	43
4.2.2	Representatividade de discentes matriculados por raça.....	44
4.2.3	Representatividade de discentes ativos por raça.....	46
4.2.4	Representatividade de discentes ingressantes por raça.....	48
4.2.5	Representatividade de discentes concluintes por raça .....	50
4.2.6	Representatividade de discentes deficientes .....	51
4.2.7	Representatividade de discentes por área geral de curso e por raça ....	52
4.2.8	Evolução da quantidade de vagas por tipo de cota .....	57
4.2.9	Síntese da análise de discentes .....	58
<b>5</b>	<b>DISCUSSÕES</b> .....	<b>61</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>64</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A posição social e socioeconômica de um indivíduo, no Brasil, tem se mostrado determinante no que tange seu acesso às condições de desenvolvimento e participação paritária na sociedade. Existem categorias sociais privilegiadas em relação a outras. Dessa forma, discutir questões de classe, raça, etnia, gênero, dentre outras, é de suma importância na busca da justiça social, caracterizada pelo acesso a direitos fundamentais por todos. (MOURA; TAMBORIL, 2018)

Gomes (2001) afirma que a harmonia e a paz social são altamente perturbadas à medida que grupos sociais expressivos estão inseridos às margens do processo produtivo e dos benefícios do progresso. Nesse sentido:

Não se deve perder de vista o fato de que a história universal não registra, na era contemporânea, nenhum exemplo de nação que se tenha erguido de uma condição periférica à de potência econômica e política, digna de respeito na cena política internacional, mantendo no plano doméstico uma política de exclusão, aberta ou dissimulada, legal ou meramente informal, em relação a uma parcela expressiva de seu povo. (GOMES; 2001, p. 133).

Assim, devem ser buscadas medidas para a maior inclusão desses grupos e universalização do acesso à educação e ao mercado de trabalho que tem por consequência inexorável o crescimento do país como um todo.

Nesse contexto surgem as políticas de ação afirmativa que tem por objetivo reduzir desigualdades e aumentar a inclusão de grupos sociais marginalizados por meio de concessão de benefícios pontuais e temporários. Tendo papel central no crescimento e desenvolvimento de um país, a educação tem grande relevância dentro do assunto. Em especial no que se refere ao ingresso ao ambiente universitário. O acesso ao ensino superior é um privilégio de alguns. Segundo Moura e Tamboril (2018), mesmo tendo como característica processos seletivos neutros, de distribuição natural de talentos, estudantes advindos de escolas públicas, e em especial de famílias de camadas populares e negros, apesar de constituírem grupos majoritários da população, correspondem às parcelas minoritárias nesses espaços. Em cursos de elite, como medicina, chega a existir desproporcionalidade de ingresso de brancos acima de 96%. (KENT; WADE, 2015, p. 182, *apud* CARVALHO, 2010, p. 820)

E é nesse contexto que, dentre as políticas de ações afirmativas, destaca-se com foco particular os programas de reservas de vagas, mais conhecidos como

sistemas de cotas, que tem por objetivo reservar proporções de vagas, nas universidades, para grupos menos favorecidos.

Após anos de experiências, discussões públicas e debates, foi sancionada, em 2012, a Lei Federal 12.711/2012, amplamente conhecida como Lei de Cotas, que fixou a obrigatoriedade de reserva de 50% das vagas nas instituições federais de ensino (Ifes) e às instituições federais de ensino técnico de nível médio, vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), para estudantes advindos de escolas públicas. Dentro desse intervalo, 50% são resguardadas para estudantes com renda per capita inferior a 1,5 salários-mínimos, e uma proporção no mínimo igual à presença desses grupos na população total da unidade da Federação onde fica a instituição, que se autodeclarem pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência.

O art. 7º da lei citada, prevê que uma revisão crítica dessa legislação seja realizada 10 anos após sua publicação. Nesse sentido surge a necessidade de discussão e avaliação de sua efetividade. Embora para Guerrini *et al* (2018) tal lei se apresente em um período de relativa consolidação das ações afirmativas para acesso às instituições de ensino superior no País e todo o processo de debate, até a implementação da lei, estar sendo amplamente discutido na literatura por diversos autores que têm avaliado o impacto dessas políticas, Mello e Senkevics (2018) afirmam que essa legislação ainda carece de efetivos mecanismos que possibilitem seu monitoramento e avaliação, e que até então, pouco se sabe sobre sua eficácia e efetividade:

Poucos são os estudos que, em âmbito nacional, têm trazido efetivos subsídios para o monitoramento e a avaliação da lei, por meio da proposição de indicadores sociais, da sistematização de dados em âmbito nacional, da publicação de estudos com diagnósticos amplos da reserva de vagas. (MELLO; SENKEVICS, 2018, p. 277).

Dessa forma, completados 10 anos desde o estabelecimento da Lei de Cotas, é justo estudar seus efeitos e resultados quantitativamente. Para tal é possível desenvolver metodologias que utilizem aplicação de análise de dados utilizando bases públicas da educação superior.

Nesse contexto se apresenta o Censo da Educação Superior, que traz informações para entender essa realidade. Realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), é o instrumento de pesquisa mais completo do Brasil sobre instituições de educação superior (IES), seus

alunos e docentes. Além disso, coleta informações sobre infraestrutura das IES, vagas oferecidas, candidatos, matrículas, ingressantes, concluintes e docentes, nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa com o objetivo de fornecer informações estatísticas confiáveis que permitam conhecer e acompanhar o sistema brasileiro de educação superior.

Diante de todos os pontos abordados, pode-se fazer a pergunta: Quais foram as mudanças que aconteceram nos perfis docente e discentes nas universidades brasileiras após a implementação da Lei de Cotas? A partir dela, o presente trabalho tem por objetivo apresentar um panorama geral da evolução da presença de diversidade social, entre docentes e discentes, nas instituições brasileiras de ensino superior por meio de análise dos microdados do Censo da Educação Superior para prover informações, principalmente, para o debate e avaliações da Lei de Cotas, mas não se limitando apenas a ela, mas podendo ser útil para avaliar as políticas de ação afirmativa ativas no período como um todo.

## **1.1 Objetivo Geral**

O Objetivo Geral deste trabalho é comparar níveis de presença de diversidade social nas universidades públicas brasileiras no ano de 2009 e 2019, por meio de análise de dados;

Como objetivos específicos, tem-se:

- Desenvolver um referencial teórico sobre ações afirmativas;
- Verificar os dados disponíveis do censo da educação superior, e por meio de análise explanatória das informações disponíveis nas bases de alunos, docentes e cursos, traçar perguntas diretas para a análise;
- Realizar uma análise comparativa dos dados de 2009 e 2019, respondendo às perguntas levantadas.

## **1.2 Justificativa**

Haja visto que a harmonia e a paz social são afetadas à medida que grupos sociais expressivos são inseridos às margens do processo produtivo e dos benefícios do progresso, a importância da educação para o crescimento macroeconômico e desenvolvimento de um país, e que existem, grupos sociais sub representados no

ensino superior brasileiro, a Lei de Cotas que têm por objetivo reverter essa realidade, é de extrema importância para o desenvolvimento do Brasil.

Mello e Senkevics (2018, p. 277) afirmam que “embora bastante se discuta sobre as assim chamadas “cotas nas universidades”, pouco se sabe sobre seus resultados e efeitos, lacuna que resulta em muitas especulações e poucas evidências em torno da adoção e do desenvolvimento dessa política”.

Por essa relevância, pela exigência de revisão para o aperfeiçoamento dessa política pública, e pela carência de conhecimento sobre sua efetividade, é procedente e necessário estudar seus efeitos, objetivo do presente trabalho.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

As ações afirmativas surgiram, nos EUA, após muitas tentativas de inserção jurídica dos negros na sociedade americana, pelos presidentes Franklin Roosevelt de 1933 a 1945 e John Kennedy, de 1961 a 1963. A introdução dessas políticas trouxe a consideração de fatores como sexo, raça, cor e origem nacional para regular contratações de funcionários e acesso a estabelecimentos públicos e privados. (ALBUQUERQUE; PEDRON, 2018).

Jaccoud e Beghin (2002) relatam que as ações afirmativas entraram no debate político no Brasil durante os anos 1990. O tema começou a ter maior relevância no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, sendo a primeira vez que um governo brasileiro admitiu discutir políticas públicas específicas voltadas para ascensão dos negros no Brasil. Conforme Guimarães (2005), em 1996, o Ministério da Justiça reuniu diversos pesquisadores, brasileiros e americanos, lideranças negras do país, para um seminário internacional com o tema “Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos”. Nessa ocasião foi apresentado um conceito de ações afirmativas:

Ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas pelo Estado e/ou pela iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. (Brasil. MJ. SEDH, 1996, p. 10).

Tais ações são políticas públicas aplicadas com a intenção de reduzir disparidades sociais favorecendo a equidade social. Moraes (2003) as define como “políticas ou programas, públicos ou privados, que objetivam conceder algum tipo de benefício às minorias ou grupos sociais que se encontrem em condições desvantajosas em determinado contexto social”. Firmam-se essas ações sobre o princípio constitucional de igualdade previsto na constituição federal. Contudo, não como uma crítica ao princípio de igualdade formal perante a lei, mas como uma política construída ao redor de uma demanda concreta, que é a da igualdade de oportunidades. Assim, “as ações afirmativas visam, com efeito, restituir a igualdade de oportunidades entre os diferentes grupos raciais, promovendo um tratamento diferenciado e preferencial àqueles historicamente marginalizados”. (JACOUD; BEGHIN, 2002, p. 46).

Uma característica importante de tais ações é seu caráter temporário. Desse modo, Gomes (2001) define as ações afirmativas como um conjunto de instrumento político-sociais que tem por razão a concretização do princípio constitucional da igualdade, por meio de um tratamento diferenciado, justificado e temporário de grupos historicamente discriminados. Dessa forma, são diferentes ações específicas que concedem benefícios à grupos historicamente discriminados, tratando os desiguais de forma desigual, que devem ser executadas por um período até que tal condição de igualdade seja atingida e não sejam mais necessárias.

Aos poucos, o debate público sobre as ações afirmativas foi se tornando relevante, impulsionado principalmente pelo movimento negro e setores da militância antirracista, apoiados por diversos movimentos sociais, e parte do *establishment* político e acadêmico. (KENT; WADE; 2015).

Dentre as políticas de ação afirmativa, tem relevância os programas de reservas de vagas para o ensino superior, também conhecidos como sistemas de cotas, que tem por objetivo reservar parte de vagas para grupos historicamente discriminados e com menor acesso a oportunidades.

Embora a ação afirmativa mais conhecida seja o sistema de cotas, existem também outros tipos de ações afirmativas. Vale destacar que além de poderem ser de iniciativa pública, também podem ser suportadas pela iniciativa privada, ou de organizações sociais sem fins lucrativos. No setor privado, as principais modalidades de ação afirmativas vigentes hoje no Brasil são instrumentos oferecidos pelo Governo Federal, sendo eles, o Fies e o Prouni.

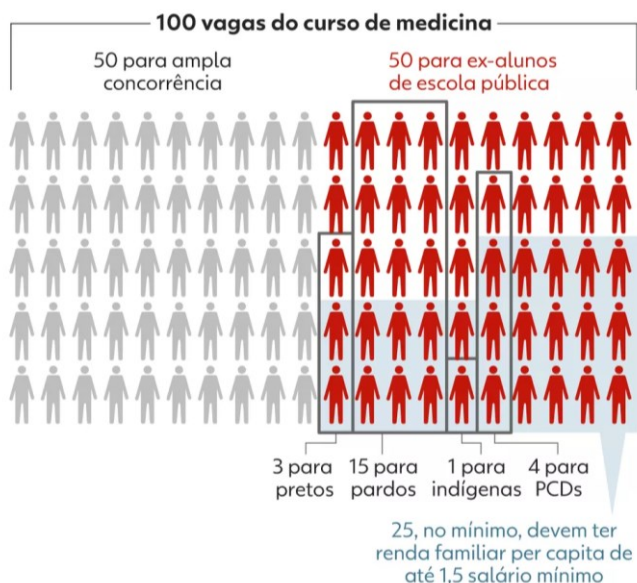
Em 2001, o Brasil participou da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Tornando-se signatário desta, assumiu a responsabilidade de implementar políticas de ações afirmativas para a população negra (ALBUQUERQUE e PEDRON, 2018). No mesmo ano foi sancionada a Lei nº 3.708, que regulamentava as cotas raciais, e que instituiu a cota mínima de 40% para a população negra e parda aos cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Estadual do Norte Fluminense, que foram as pioneiras na implementação desses sistemas. (ALBUQUERQUE e SILVA, 2017). Essas universidades foram seguidas pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul e a Universidade de Brasília. Todas essas tiveram papel fundamental por terem constatado a viabilidade das cotas e por terem assumido grande debate público sobre o tema no País.

Em 29 de agosto de 2012, foi promulgada a Lei Federal 12.711/2012, conhecida como “Lei de Cotas”, grande marco na história da educação brasileira, “fruto de inúmeras políticas públicas, ações afirmativas e inclusivas, amparadas por direitos humanos no que tange a reserva de vagas para estudantes de escola pública, assim como para pretos, pardos e indígenas”, conforme ENAP (2022), que fixou a obrigatoriedade de reserva de 50% das vagas nas instituições federais de ensino (Ifes) e às instituições federais de ensino técnico de nível médio, vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), para estudantes advindos de escolas públicas, dos quais 50% devem ter menos de 1,5 salário mínimos per capita, conforme seu Art. 1º.

Dos 50% de vagas reservadas, conforme mais bem exemplificado na Figura 1, reserva-se uma proporção no mínimo igual à presença de pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência na população total da unidade da Federação onde fica a instituição, conforme o Art. 3º:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016) Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. (BRASIL, 2012)

**Figura 1 - Exemplificação da reserva de vagas conforme a Lei de Cotas**



Fonte: G1 (2022)

A legislação teve sua implementação prevista de forma gradual e com prazo máximo de 4 anos. As instituições se adequaram e o sistema passou a acontecer conforme previsto.

## **2.1 Trabalhos Relacionados**

Apresenta-se nessa seção alguns trabalhos relacionados, que tiveram por objetivo realizar análises para fazer algum tipo de avaliação relacionada à Lei de Cotas. Primeiramente, apresenta-se o trabalho “O perfil discente das universidades mudou pós Lei de Cotas?” (MELLO e SENKEVICS, 2019) e em seguida o trabalho “Avaliação das políticas de ação afirmativa no ensino superior no Brasil” (LEPES, 2022).

### **2.1.1 O perfil discente das universidades mudou pós Lei de Cotas?**

O trabalho “O perfil discente das universidades mudou pós Lei de Cotas” de Mello e Senkevics (2019) tenta responder perguntas como: como a lei foi implementada em cada uma das Ifes? Quão adequados são seus critérios em face das heterogeneidades e desigualdades regionais? Quais as consequências da reserva de vagas para a alteração do perfil e que mudanças seriam desejáveis visando resultados mais frutíferos? Para isso busca analisar o perfil socioeconômico e racial dos ingressantes das Ifes entre 2012 e 2016, para promover um olhar sistêmico da questão, utilizando de cruzamento de base de dados oficiais, com a intenção de oferecer um retrato de abrangência nacional dos resultados e tendências da Lei de Cotas sobre o corpo discente da rede federal de educação superior.

Esse trabalho propõe uma metodologia que utiliza diferentes bases de dados: o CES, dados do Enem, microdados do censo demográfico 2010, Pnad-c e IGC.

A principal fonte de informação que contém a informação sobre o corpo discente das Ifes, é o CES. Os autores complementam os dados do CES com os dados do Enem e isso é realizado por três motivos. O primeiro é porque o CES se mostrou insuficiente para indicar procedência escolar dos discentes, isto é, se eles vêm da rede pública ou privada, enquanto a base do Enem indica diretamente se o estudante cursou todo o ensino médio em escola pública, como exigido. O segundo, por afirmarem a existência de subnotificação no quesito cor/raça no CES, enquanto o

Enem obtém dados raciais para praticamente todos os inscritos. E por fim, o terceiro, porque o CES não apresenta uma variável de renda familiar per capita, informação presente no questionário socioeconômico do Enem. O cruzamento das bases é feito por meio do Cadastro de Pessoa Física (foi obtida uma autorização formal do Inep para utilização dessa informação pessoal sensível para uso científico).

Foram utilizadas as bases do CES de 2012, última base publicada antes da publicação da lei, à 2016, última base publicada até a data do estudo. Quanto as bases do Enem, foram utilizadas as bases de 2011 a 2015, pois os alunos ingressantes nas instituições pelo Enem, o fizeram pelo menos no ano anterior.

O universo de análise é delimitado para alunos ingressantes dos cursos presenciais das 104 Ifes vinculadas ao MEC, nos anos estudados.

Como fontes complementares foram realizadas análises descritivas dos microdados do Censo Demográfico 2010 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua 2012/2016 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda foram utilizados os resultados do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) de 2016, que é um indicador de qualidade das instituições de educação superior calculado anualmente pelo Inep, como referência de universidades mais conceituadas de acordos com critérios oficiais.

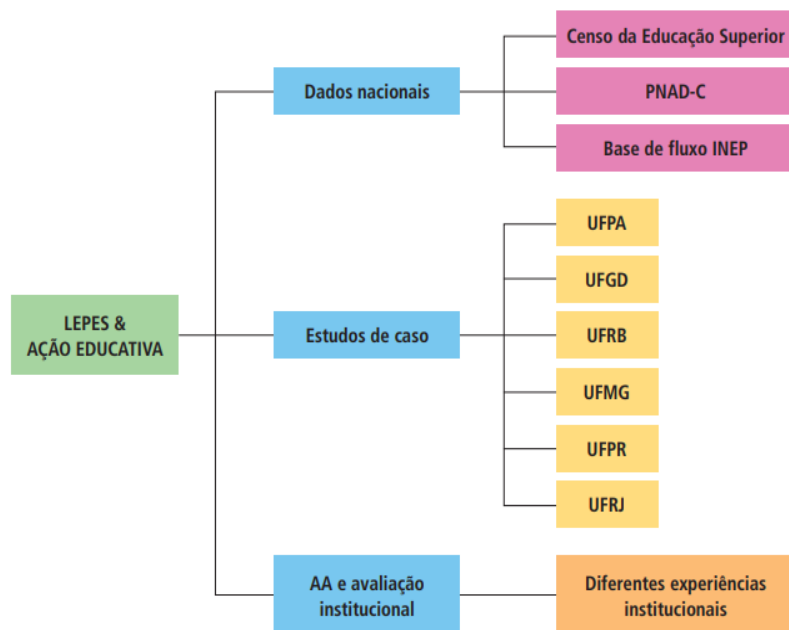
Os resultados são apresentados em três partes. Uma com uma análise geral em âmbito nacional e com desagregações entre regiões e Unidades Federativas (UF). Seguida por uma visão geral de trincas Instituição-Curso-Turno. E por fim uma terceira parte que aborda resultados gerais da Lei de Cotas sobre o conjunto das Ifes vinculadas ao MEC, paralelamente à uma análise comparada da reserva de vagas sobre um grupo selecionado das Ifes, a partir de diferentes valores no IGC 2016.

### 2.1.2 Avaliação das políticas de ação afirmativa no ensino superior no Brasil

A pesquisa “Avaliação das políticas de ação afirmativa no ensino superior no Brasil: resultados e desafios futuros” (LEPES, 2022), foi desenvolvida pelo Laboratório de Pesquisa em Ensino Superior (LEPES) da Faculdade de Educação (FE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Ação Educativa, reunindo um grupo de pesquisadores brasileiros, vinculados em sua maioria às universidades federais, que atuam no campo das ações afirmativas.

Os objetivos foram observar a eficácia da Lei de Cotas na diversificação do perfil dos discentes do ensino superior nas universidades federais, identificar o sucesso na permanência dos alunos cotistas, analisar as taxas de graduação e dificuldades enfrentadas pelas instituições e alunos cotistas em sua trajetória, analisar outros resultados do sistema de cotas conectados às propostas de mudanças nos currículos, elaborar iniciativas antirracistas nas universidades, documentar a ampliação do ativismo dos alunos negros e analisar o nível de institucionalização da Lei de Cotas e das ações afirmativas nas universidades. A metodologia combina três eixos de pesquisa, ilustrados na Figura 2.

**Figura 2 - Estruturação da pesquisa da LEPES/FE/UFRJ**



**Fonte: LEPES (2022)**

O primeiro deles faz coleta de dados secundários a nível nacional, incluindo revisão de estudos anteriores e sistematização e análise de dados do CES (2010-2019), da PNAD e PNAD Contínua (2011-2019) e Base de fluxo do INEP (ingressantes entre 2010 e 2013; situação em 2017). O segundo eixo consiste em coleta de dados primários através de seis estudos de caso em universidades federais selecionadas. Isto inclui levantamento bibliográfico sobre acesso e permanência em cada uma dessas universidades, levantamento documental, realização de entrevistas com informantes chaves, análise de indicadores de acesso e permanência de estudantes cotistas, incluindo seleção de cursos específicos e realização de rodas de conversa com estudantes cotistas e integrantes de coletivos estudantis. O terceiro eixo se trata

de um estudo sobre o papel da avaliação institucional do SINAES na implementação da lei, e para isto apresenta um levantamento bibliográfico sobre o lugar da Lei de Cotas e ações afirmativas na avaliação do ensino superior, levantamento documental, entrevistas com integrantes das Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), previstas no SINAES e análises dos relatórios de avaliação institucional das universidades enviados ao INEP.

Dessa forma, essa pesquisa conduzida pela LEPES da UFRJ e a Ação Educativa, adotou uma metodologia abrangente com três eixos para examinar a eficácia da Lei de Cotas e procura oferecer uma visão holística sobre os impactos e desafios das políticas de ação afirmativa no ensino superior no Brasil.

### 3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A natureza da pesquisa é definida como quantitativa, pois serão realizadas análises comparativas de dados que estão quantificados no censo da educação superior.

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente. (FONSECA, 2002, p. 20 apud GERHARDT e SILVEIRA 2009, p. 33)

Em relação aos seus objetivos, a pesquisa é descritiva pois os dados serão analisados e interpretados de forma objetiva. Segundo Prodanov e Freitas (2013), nesse tipo de pesquisa os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem interferência do pesquisador sobre ele, isto é, os fenômenos são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador.

O método de pesquisa adotado é Estudo de Campo, que segundo Nakano (2012) apresenta presença de dados, sem estruturação formal do método de pesquisa.

Quanto à metodologia, essa pesquisa se dividirá em três etapas. Na primeira etapa foi desenvolvida uma fundamentação teórica sobre ações afirmativas. Na segunda etapa serão observados os dados disponíveis e um foi feito um levantamento de perguntas e hipóteses, a respeito de transformações que a lei pode ter causado. Na terceira etapa, foi realizada uma análise comparativa dos dados anteriores e posteriores a Lei, respondendo às perguntas levantadas de forma objetiva.



## 4 ANÁLISE DE DADOS

Como mencionado anteriormente, a base utilizada para análise é o Censo da Educação Superior, um conjunto de dados abrangente e detalhado sobre as instituições de ensino superior brasileiras. Por meio dos registros do Sistema e-MEC, o censo obtém informações relacionadas à infraestrutura, vagas ofertadas, candidatos, matrículas, ingressantes, concluintes e docentes, levando em conta as distintas formas de organização acadêmica e categorias administrativas. O objetivo dessa coleta é fornecer estatísticas precisas para monitorar o sistema educacional superior do Brasil, auxiliar o Ministério da Educação em atividades de avaliação e acompanhamento, fundamentar a elaboração e execução de políticas públicas e respaldar o trabalho de gestores, pesquisadores e especialistas. Assim, apresentou-se como um conjunto de dados apropriado para os propósitos deste estudo.

O censo é realizado e divulgado anualmente pelo INEP. Até 2022, o INEP disponibilizava uma vasta gama de dados nessas bases. Entretanto, em razão da necessidade de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e possíveis riscos de identificação de indivíduos, a instituição retirou os dados do acesso público para assegurar a privacidade dos usuários e realizar a readequação dos dados. Devido à essa medida, a divulgação dos microdados foi limitada em relação às informações fornecidas. As bases completas, com maior variedade de informações, não estão mais acessíveis para download. É possível realizar análises mais detalhadas mediante solicitação especial de acesso aos dados, em uma sala restrita no INEP, para fins de pesquisa.

Para esse trabalho são necessárias as bases completas de dados. Embora não estejam mais disponíveis para download, este estudo foi iniciado quando ainda eram acessíveis. Naquele momento havia sido realizado os downloads das bases de 2009 e 2019. Conforme os estudos bibliográficos e a análise exploratória das bases foram iniciadas, percebeu-se que seria mais interessante utilizar a base de 2012, invés de 2009, por ter maior riqueza de informações referente às informações sobre ingresso com reserva de vagas. Entretanto, ao tentar baixá-las, já não estavam mais disponíveis. Portanto, por fatores externos, o estudo seguiu com a decisão de utilizar a base de 2009 como base inicial. A base de 2019 foi escolhida para marcar o fim do período, pois quando o estudo foi iniciado era a base mais recente disponível.

Essa seleção possibilitou uma análise comparativa com um intervalo de 10 anos, fornecendo uma visão adequada das transformações ocorridas no período investigado, permitindo a comparação entre os momentos pré e pós-implementação da lei, sancionada em 2012. O propósito dessa comparação é verificar como a presença de diferentes grupos étnico-raciais, evoluiu nas IES nesse período, e assim, gerar informações para o debate da legislação em pauta. Vale ressaltar que não faz parte do objetivo do trabalho fazer conclusões objetivas sobre a efetividade da Lei, mas fornecer informações para tal. A análise foi segmentada em três partes: uma direcionada para investigações nos dados de docentes e uma outra de discentes. As análises foram executadas utilizando a linguagem Python, com o auxílio das bibliotecas Pandas, Matplotlib e Seaborn.

#### **4.1 Docentes**

Antes do início da análise foi necessário a compreensão das variáveis disponíveis por meio da leitura dos dicionários de variáveis e a geração de insights de perguntas para explorar a base de dados. Nesse momento foram levantadas algumas perguntas:

1. Qual é a representatividade de docentes por raça nas instituições públicas, privadas e federais e como evoluíram no período estudado? Existe diferença na presença de docentes por raça entre esses três perfis de instituições? Se sim, qual é essa diferença?
2. Como é o perfil de escolaridade dos docentes por raça nas instituições públicas, privadas e federais e como evoluíram no período estudado? Existe diferença no nível de escolaridade dentro de cada raça entre esses três perfis de instituições?
3. Qual é a representatividade de docentes por raça com bolsa de pesquisa nas instituições públicas, privadas e federais e como evoluíram no período estudado?
4. Como é a presença de docentes deficientes por raça com bolsa de pesquisa nas instituições públicas, privadas e federais e como evoluíram no período estudado?

Para responder essas perguntas, voltou-se ao dicionário e se selecionou as variáveis que foram necessárias para respondê-las. Os nomes das variáveis de 2009 e 2019 foram padronizados, e foi realizada uma limpeza da base para se obter uma base menor com apenas as variáveis selecionadas. O Quadro 1 apresenta as colunas da base de dados com suas descrições e possíveis valores. As variações na variável “Categoria Administrativa”, de valores de diferentes tipos de instituições privadas, como “privada sem fins lucrativos”, “privada comunitária”, “privada confessional”, “privada com fins lucrativos” foram todas simplificadas como apenas “Privada”. Foi criada uma coluna que caracteriza o docente como de uma instituição pública se essa for “Municipal”, “Estadual” ou “Federal”. Algumas análises que foram realizadas no trabalho, fizeram comparações das públicas, sempre incluindo as federais, com as federais isoladas, para tentar ver se as federais se comportam diferente do contexto geral de públicas.

**Quadro 1 - Variáveis da base de docentes unificada para a análise**

<b>Categoria Administrativa</b>	Tipo da categoria administrativa da IES do docente. Foi transformada para assumir os valores de “Municipal”, “Estadual”, “Federal”, “Privada” e “Especial”.
<b>Pública</b>	Informa se a instituição do docente é pública. Pode ser “Verdadeiro” ou “Falso”.
<b>Situação</b>	Tipo de situação do docente na IES. Pode assumir os valores: “Em exercício”, “Afastado” e “Falecido”.
<b>Escolaridade</b>	Tipo do grau de escolaridade do docente. Pode assumir os valores “Sem graduação”, “Graduação”, “Especialização”, “Mestrado” e “Doutorado”.
<b>Sexo</b>	Sexo do docente. Pode ser “Feminino” ou “Masculino”
<b>Raça</b>	Tipo da cor/raça do docente. Se trata de uma autodeclaração. Pode assumir os valores: “Não quis declarar”, “Branca”, “Preta”, “Parda”, “Amarela”, “Indígena”, “Não dispõe da informação”
<b>Deficiência</b>	Informa se o docente é uma pessoa com deficiência. Pode ser “Verdadeiro” ou “Falso”.
<b>Bolsa Pesquisa</b>	Informa se o docente tem algum tipo de bolsa de pesquisa. Pode ser “Verdadeiro” ou “Falso”
<b>Ano</b>	Ano do censo. Pode ser 2009 ou 2019

**Fonte: O autor (2023)**

Após a redução da base, realizou-se uma verificação para compreender a quantidade de docentes presentes e como o conjunto de dados estava em relação à ausência de dados.

A maior parte das colunas se encontrava preenchida em sua totalidade, com exceção das colunas Bolsa Pesquisa e Deficiência. Para a coluna Bolsa Pesquisa, o dicionário apresentava a ausência de valor para professores que não pesquisam e conseqüentemente não possuem bolsa de pesquisa. Já na coluna de Deficiência existia uma pequena quantidade de valores ausentes, que para os fins desse trabalho, foram considerados como “Falso”.

Embora a coluna Raça não tenha apresentado valores nulos para nenhum dos dois anos, ela poderia conter os valores “Não dispõe da informação” e “Não quis declarar”. Se a informação estivesse ausente ou a pessoa não quisesse declarar, não haveria informação suficiente para deduzir a raça do docente. A análise ficou restrita aos docentes que declararam a raça. Além disso, foram desconsiderados os docentes que não estavam em exercício ou que possuíam a categoria administrativa Especial, limitando a análise às privadas, municipais, estaduais e federais. A Tabela 1 mostra a quantidade de docentes desconsiderados por cada um desses motivos nas bases de 2009 e 2019. A Tabela 2 mostra o tamanho das bases e o impacto dos dados desconsiderados para o universo de análise.

**Tabela 1 - Quantidade de docentes a serem desconsiderados da análise por motivo**

<b>Motivo</b>	<b>2009</b>	<b>2019</b>
Situação diferente de “Em exercício”	18272	13355
Raça “Não dispõe da informação”	64217	0
Raça “Não quis declarar”	78466	118232
Categoria administrativa “Especial”	0	1893

**Fonte: O autor (2023)**

**Tabela 2 - Visão geral de dados faltantes e do universo de análise de docentes**

<b>Ano</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Nº Desconsiderados</b>	<b>Desc. (%)</b>	<b>Universo de análise</b>
2009	359089	152892	0,4257	206197
2019	399428	127978	0,3204	271450

**Fonte: O autor (2023)**

Como algumas respostas que seriam encontradas necessitavam de compreensão e comparação entre as categorias administrativas, foi realizado um levantamento da quantidade de docentes por categoria administrativa e por ano, dentro do universo de análise definido acima. Além disso, como foi dito, foi criada uma

coluna nas bases de dados para caracterizar um docente como de instituição pública, o que também está incluso nesse levantamento. O resultado pode ser visto na Tabela 3.

**Tabela 3 - Quantidade de docentes por categoria administrativa e ano**

Ano	Estadual	Municipal	Federal	Pública	Privada	Total
2009	21857	6401	27725	55983	150214	206197
2019	31672	4142	67800	103614	167836	271450

Fonte: O autor (2023)

#### 4.1.1 Representatividade geral por raças nas instituições privadas, públicas e federais

Feitas essas observações, iniciou-se a análise de fato. Para isso, se retornou às perguntas que foram levantadas para guiar a investigação. A primeira delas buscou esclarecer qual a representatividade geral de docentes por raça nas instituições públicas, privadas e federais e como evoluíram no período estudado. E ainda indagou se existem diferenças na presença de docentes por raça entre esses três perfis de instituições. Com esse propósito, foram feitas as comparações das bases estratificadas pela coluna Raça entre 2009 e 2019 para as instituições privadas, públicas, e de forma isolada, para as federais. A Tabela 4 apresenta a representatividade étnico racial no contexto das IES privadas no Brasil.

**Tabela 4 - Presença e evolução de docentes por raça nas instituições privadas (2009 e/a 2019)**

Raça	2009 (%)	2019 (%)	Evolução (%)	Aumento Percentual (%)
Amarela	1.03	1.12	0.09	8.74
Branca	81.12	76.31	-4.81	-5.93
Indígena	0.22	0.11	-0.11	-50.00
Parda	15.88	20.19	4.31	27.14
Preta	1.76	2.27	0.51	28.98

Fonte: O autor (2023)

A partir dos dados apresentados na tabela, é possível identificar as mudanças na distribuição das diferentes raças entre os docentes ao longo desse período. Observando os dados iniciais da comparação, de 2009, pode-se perceber a desigualdade de representatividade entre raças. A raça branca tinha mais de 81% enquanto pretos, pardos e indígenas somados correspondiam a aproximadamente 18%. Passando aos dados de 2019 e traçando uma evolução comparando os dois tempos, é possível perceber que de forma geral houve redução dessa desigualdade no período. A raça branca diminuiu sua presença em 4,81%, e houve aumento de

4,31% da parda e 0,51% da preta em relação ao total. Pode parecer um avanço muito pequeno, entretanto foi um aumento percentual de 27,14% para parda e 28,98% para preta em relação ao valor de 2009. A raça indígena, que correspondia a uma parcela bem pequena da representatividade, teve uma queda de 0,11% do total devido à saída de docentes, que por ter uma baixa quantidade nessa raça, a saída de poucos docentes já acarretou uma queda percentual de 50% em relação ao seu valor anterior. A raça amarela teve um pequeno crescimento e aumento percentual. A

Tabela 5 ilustra a representatividade étnico-racial dos docentes nas instituições públicas de ensino superior no Brasil, em 2009 e 2019. A desigualdade em 2009 é similar à privada, e assim mostra a gravidade do problema.

**Tabela 5 – Presença e evolução de docentes por raça nas instituições públicas (2009 e/a 2019)**

<b>Raça</b>	<b>2009 (%)</b>	<b>2019 (%)</b>	<b>Evolução (%)</b>	<b>Aumento Percentual (%)</b>
Amarela	1.89	1.98	0.09	4.76
Branca	80.29	72.28	-8.01	-9.98
Indígena	0.21	0.29	0.08	38.10
Parda	15.08	21.61	6.53	43.30
Preta	2.52	3.83	1.31	51.98

**Fonte: O autor (2023)**

Em 2009, a raça branca representava 80,29% dos docentes nas instituições públicas, enquanto as raças preta, parda e indígena somadas correspondiam a aproximadamente 17,81%. Já em 2019, a presença da raça branca diminuiu 8,01%, passando a compor 72,28% dos docentes. Como consequência, houve o aumento na representatividade das raças parda, preta e indígena no mesmo período.

A raça parda apresentou um aumento de 6,53% em relação ao total, o que representa um crescimento percentual de 43,30% em comparação a 2009. A raça preta também teve um aumento significativo em sua presença, com um acréscimo de 1,31% em relação ao total, representando um aumento percentual de 51,98% em relação ao valor de 2009. Por fim, a raça indígena, que possuía uma participação menor no contexto analisado, apresentou um crescimento de 0,08% em relação ao total, o que corresponde a um aumento percentual de 38,10% em comparação a 2009.

Dessa forma, é possível perceber que houve redução de desigualdades no contexto das instituições públicas de ensino superior no Brasil no período analisado. Ainda se pode dizer que essa redução foi maior no contexto das públicas do que das privadas, visto que a queda da representatividade branca nas públicas foi de 8,1%

contra 4,81% nas privadas. Isso fez com que o aumento percentual de pretos e pardos nas públicas também fosse maior que nas privadas. Enquanto nas privadas aumentaram por volta de 30% em relação à 2009, nas públicas foi perto de 50%. Além disso houve redução de representatividade indígena nas privadas e aumento na pública.

Após analisar públicas e privadas, a análise foi focalizada apenas nas instituições federais, como apresentado na Tabela 6. A primeira coisa que se pode observar é o estado inicial em 2009 nas instituições federais, que também apresenta grande desigualdade.

**Tabela 6 - Presença e evolução de docentes por raça nas instituições federais (2009 e/a 2019)**

<b>Raça</b>	<b>2009 (%)</b>	<b>2019 (%)</b>	<b>Evolução (%)</b>	<b>Aumento Percentual (%)</b>
Amarela	1.53	1.88	0.35	22.88
Branca	78.03	69.74	-8.29	-10.62
Indígena	0.22	0.33	0.11	50.00
Parda	17.20	23.83	6.63	38.55
Preta	3.02	4.21	1.19	39.40

**Fonte: O autor (2023)**

Ao examinar os números de 2019, identificou-se uma tendência de redução na parcela de docentes da raça branca nas universidades federais, com uma diminuição de 8,29%, atingindo 69,74% do total. Tal tendência propiciou um aumento na representatividade dos profissionais das raças preta, parda e indígena ao longo da década analisada.

No que tange à presença dos docentes da raça parda, verificou-se um incremento de 6,63% em relação ao total, correspondendo a um aumento percentual de 38,55% se comparado a 2009. Os profissionais da raça preta também vivenciaram um avanço considerável, com uma elevação de 1,19% em relação ao total, o que representa um aumento percentual de 39,40% em comparação ao valor registrado em 2009. A raça indígena, que possuía uma participação mais restrita no cenário analisado, teve um aumento de 0,11% em relação ao total, o que significa um incremento percentual de 50,00% em comparação a 2009. Por último, a representatividade da raça amarela também cresceu, com um aumento de 0,35% em relação ao total, levando a um crescimento percentual de 22,88% em relação a 2009.

Logo, é possível observar que houve uma diminuição na desigualdade racial no contexto das instituições federais no período analisado. Ao comparar com as

instituições públicas e privadas, pode-se observar alguns fatores. O primeiro deles é que as federais eram as que apresentavam a menor desigualdade no estágio inicial. Ainda se percebe que essa redução foi mais expressiva quando comparada às instituições privadas. Se comparadas com as públicas em geral os dados de evolução são muito similares. Nas federais é onde há a maior redução da raça branca para ganho das demais, entretanto foram valores muito parecidos. O crescimento de pretos e pardos também são similares se analisados em pontos percentuais. Se observar em aumento percentual, em relação ao valor de 2009, é um pouco menor nas federais, mas isso provavelmente se deve ao fato de que esse é o item de maior presença desse quesito no estágio inicial, sendo assim tem menor margem para crescer.

Observados esses pontos pode-se sugerir que as políticas de inclusão podem ter sido mais efetivas nas instituições públicas que nas privadas, o que pode ser resultado de políticas de ações afirmativas em concursos públicos, como é o caso da Lei 12.990/2014 que garante reserva de vagas para negros e pardos, em cargos da esfera pública federal. Pode-se sugerir, também, que mais alunos que passam a entrar no ensino superior por meio das cotas, e se formarem, se tornam potenciais professores. Isso também pode justificar esse aumento.

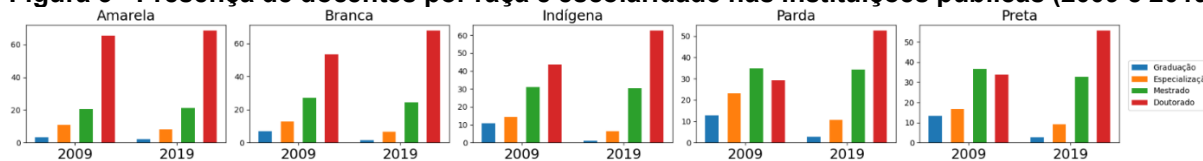
Essas sugestões são apenas adendos que buscam ilustrar possíveis hipóteses que podem ser levantadas por meio dos dados fornecidos no trabalho, mas que não fazem parte dos objetivos deste que é apresentar as informações. É possível perceber, também por esse adendo, por que fez sentido incluir a análise do perfil docente no estudo. Isso permite ver a evolução, que pode ter sido causada em consequência do fato de mais alunos terem se formado, que ingressaram pela lei de cotas, mas também de outras políticas de ação afirmativa ativas no país.

#### 4.1.2 Representatividade de raças por escolaridades

Passa-se então para a segunda pergunta, que busca esclarecer como é o perfil de escolaridade dos docentes por raça nas instituições públicas, privadas e federais e como evoluíram, fazendo comparações entre os três perfis. A Figura 3 apresenta cinco gráficos lado a lado, que apresentam a evolução da escolaridade dos docentes de diferentes raças nas instituições públicas brasileiras entre 2009 e 2019.



**Figura 3 - Presença de docentes por raça e escolaridade nas instituições públicas (2009 e 2019)**



Fonte: O autor (2023)

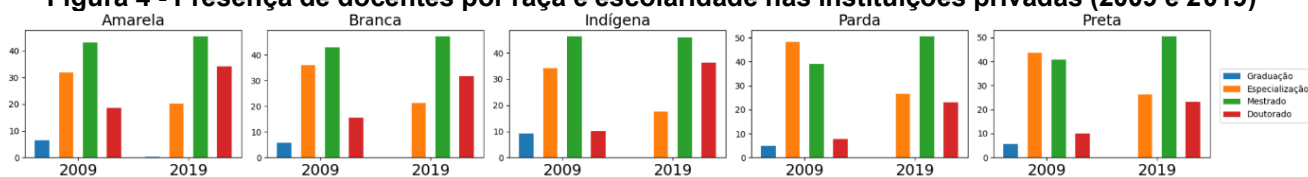
No contexto analisado, se observou grande predominância de docentes com doutorado entre os docentes das raças amarela e branca em ambos os anos, com um aumento na proporção de doutorado em 2019, seguidos por mestrado, especialização e graduação. No caso dos docentes indígenas, havia uma distribuição mais equilibrada, mas ainda com prevalência de doutorado, seguido por mestrado, especialização e graduação. Passados os dez anos aumentou ainda mais a representatividade de docentes indígenas com doutorado.

A análise dos docentes da raça parda e preta mostram uma evolução significativa na capacitação desses profissionais. Em 2009, a maioria possuía mestrado, seguido por doutorado, especialização e graduação. No entanto, em 2019, a predominância passou a ser doutorado, com redução nas proporções de graduação e especialização, indicando um grande avanço na formação desses docentes.

Vale ressaltar que em 2009 as raças parda e preta tinham professores menos capacitados que as demais, evidenciando a desigualdade também nesse ponto. Embora isso aconteça, é plausível concluir que ocorreu um progresso considerável no aprimoramento da formação dos docentes nessas duas raças menos representadas. É possível melhorar ainda mais, pois ainda apresentam maior presença de docentes com mestrado em relação às demais raças que têm predominância de doutorado. Contudo este avanço já colabora e evidencia melhoria nesse quesito. A Figura 4 apresenta uma série de cinco gráficos como os da Figura 3, todavia para as instituições privadas. A análise dos gráficos revela características distintas e padrões de evolução específicos para cada raça.

Nas raças amarela, branca e indígena, a predominância estava no mestrado em 2009, seguida por especialização, doutorado e graduação. Em 2019, houve um aumento no número de docentes com doutorado, reduzindo a proporção de docentes com especialização e docentes com apenas graduação, que chegou quase à total ausência. A predominância ainda permanece no mestrado para essas.

**Figura 4 - Presença de docentes por raça e escolaridade nas instituições privadas (2009 e 2019)**



Fonte: O autor (2023)

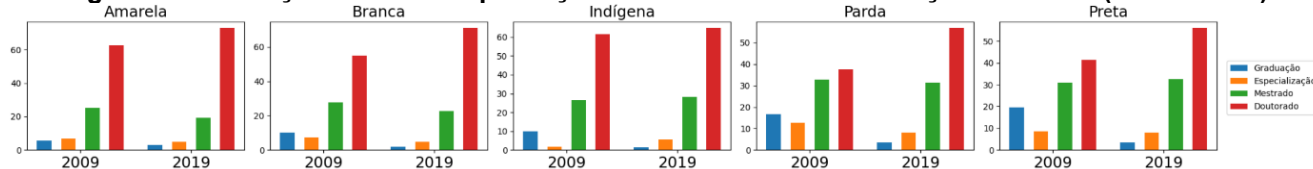
As raças parda e preta, têm características similares. Em 2009, a predominância estava na especialização, seguida de perto pelo mestrado e, em sequência, doutorado e graduação. Contudo, em 2019, observou-se um deslocamento considerável para a direita, com aumento significativo no número de docentes com mestrado e doutorado, redução na proporção de especialização e quase total ausência de docentes com apenas graduação. A predominância passou a ser o mestrado em ambas as raças.

É possível perceber aqui que o estado anterior de todas as raças nas públicas já era bem melhor que nas privadas. As raças menos representadas nos níveis mais altos de escolaridade, parda e preta, estavam com predominância em mestrado, entretanto os níveis de doutorado já estavam próximos. Enquanto isso, nas privadas havia uma lacuna bem maior da presença de docentes com mestrado para os de doutorado, a ponto de terem bem mais docentes com apenas especialização do que com doutorado. Para 2019, houve evolução significativa em ambas. Na pública a presença de docentes com doutorado já passou a ser predominante em todas as raças, enquanto na privada ainda não. Todavia, a escolaridade predominante na parda e preta, foi deslocada para a direita, de especialização para mestrado, assim como na pública que deslocou de mestrado para doutorado.

Compreendido o contexto das públicas e privadas, direcionou-se ara as federais para ver se existe alguma diferença de perfil das federais para as públicas em geral e privadas. A Figura 5 apresenta a análise das escolaridades focalizada nas federais. Aqui pode-se perceber que em 2009 já existia predominância de docentes doutores em todas as raças, seguido por mestrado, o que muda é que a presença de mestrado nas raças menos representadas é mais próxima aos níveis de doutorado. Uma peculiaridade que se pode observar é que para todas as raças com exceção da amarela, os níveis de graduação são maiores que o de especialização. Isso deixou de acontecer no fim do período. Ao final do período, os perfis das distribuições de todas as raças ficaram mais uniformes, predominando, doutorado, seguido por mestrado,

especialização e graduação, tendo mais de 90% dos docentes, do e doutorado. A diferença entre mestrado e doutorado é um pouco menor na parda e preta, e a indígena fica num estágio intermediário. Essa melhoria em equilíbrio das raças aconteceu também nas públicas, mas para as federais o resultado foi ainda um pouco melhor.

**Figura 5 - Presença de docentes por raça e escolaridade nas instituições federais (2009 e 2019)**



Fonte: O autor (2023)

Um ponto não comentado até então, e que vale ser notado, é que, nos três contextos, a presença da raça indígena acompanha o perfil de escolaridade da amarela e branca, embora seja um grupo que precisa de maior atenção por ter os menores níveis de representatividade geral. Isso mostra que, apesar de ser mais difícil a presença do indígena no contexto dos docentes de ensino superior, os que chegam lá estão conseguindo se capacitar.

De forma geral, ao comparar a evolução da escolaridade dos docentes entre as instituições públicas, privadas e federais é possível identificar padrões de crescimento na capacitação em ambos os setores, com destaque para a melhoria expressiva na formação dos docentes das raças parda e preta. No entanto, nota-se que nas instituições privadas, a predominância de mestrado é mais acentuada, enquanto nas públicas, observa-se maior presença de docentes com doutorado. Existem diferenças significativas na distribuição de pretos e pardos para as demais raças em ambos os anos e contextos, que está sempre mais deslocada para a esquerda, tendendo a terem níveis mais baixos de escolaridade. Entretanto, isso está mudando e todos os setores apresentam avanços relevantes na capacitação dos docentes das raças parda e preta. Dos três contextos o que tem melhor capacitação geral, e maiores níveis de capacitação para todas as raças é o das federais.

#### 4.1.3 Representatividade de docentes com bolsa de pesquisa por raça

Para responder a terceira pergunta, foi realizada uma análise da representatividade dos docentes que têm bolsa de pesquisa em cada raça. Para isso

foram separados os docentes que contém a coluna de pesquisa preenchida como verdadeiro e desconsiderados todos que não preencheram ou preencheram como falso. Então foram agrupados por raça e comparadas as evoluções em pontos percentuais e aumento percentual em relação ao valor anterior.

A Tabela 7 apresenta os dados dessa comparação no universo das instituições públicas. Os docentes amarelos apresentaram um decréscimo de 1,23 pontos percentuais (-38,08% em relação à 2009), enquanto os brancos sofreram uma diminuição de 8,23 pontos percentuais (-9,29% em relação ao início). Essas duas quedas possibilitaram ao crescimento do percentual de docentes indígenas, que exibiram um crescimento modesto de 0,01 pontos percentuais (7,14%), e também das raças parda e preta, que notavelmente, obtiveram aumentos expressivos: 7,85 pontos percentuais (120,58%) e 1,60 pontos percentuais (105,26%), respectivamente. O crescimento nesse grupo é relevante se comparado aos outros subgrupos de análise que foram realizadas até aqui.

**Tabela 7 - Presença e evolução de docentes com bolsa de pesquisa por raça nas instituições públicas (2009 e/a 2019)**

<b>Raça</b>	<b>2009 (%)</b>	<b>2019 (%)</b>	<b>Evolução (%)</b>	<b>Aumento Percentual (%)</b>
Amarela	3.23	2.00	-1.23	-38.08
Branca	88.59	80.36	-8.23	-9.29
Indígena	0.14	0.15	0.01	7.14
Parda	6.51	14.36	7.85	120.58
Preta	1.52	3.12	1.60	105.26

**Fonte:** O autor (2023)

Na análise do contexto das instituições privadas, apresentada na Tabela 8 foram percebidas tendências distintas em comparação às instituições públicas. Os docentes amarelos tiveram um incremento de 0,13 pontos percentuais (12,87%), ao contrário das públicas, que houve queda. Já os docentes brancos exibiram uma redução de 4,59 pontos percentuais (-5,25%). Paralelamente, os docentes indígenas apresentaram um aumento de 0,09 pontos percentuais, que pode ser pouco em números absolutos, mas que representa aumento percentual expressivo em relação à 2009 (128,57%). As raças parda e preta também evidenciaram progresso: 3,82 pontos percentuais (37,56%) e 0,54 pontos percentuais (40,00%), respectivamente.

**Tabela 8 - Presença e evolução de docentes com bolsa de pesquisa por raça nas instituições privadas (2009 e/a 2019)**

<b>Raça</b>	<b>2009 (%)</b>	<b>2019 (%)</b>	<b>Evolução (%)</b>	<b>Aumento Percentual (%)</b>
Amarela	1.01	1.14	0.13	12.87
Branca	87.40	82.81	-4.59	-5.25
Indígena	0.07	0.16	0.09	128.57
Parda	10.17	13.99	3.82	37.56
Preta	1.35	1.89	0.54	40.00

**Fonte:** O autor (2023)

Ao contrastar os dados das instituições públicas e privadas, observa-se que, embora as tendências gerais sejam semelhantes, os avanços nas privadas são menos pronunciados. A redução na representatividade dos docentes brancos nas instituições privadas é menor, assim como os aumentos percentuais nas raças parda e preta. No entanto, vale ressaltar o crescimento na representatividade dos docentes indígenas nas instituições privadas, que supera o observado nas públicas.

Ao examinar os docentes com bolsa de pesquisa por raça nas instituições federais, conforme demonstrado na Tabela 9 constata-se redução para amarelos, brancos e indígenas, e crescimento de pardos e pretos. Os docentes amarelos apresentaram uma redução de 1,04 pontos percentuais (-34,67%) entre 2009 e 2019. Os docentes brancos, por sua vez, tiveram uma diminuição mais acentuada de 11,20 pontos percentuais (-13,37%). Em relação aos docentes indígenas, observa-se uma queda de 0,08 pontos percentuais (-27,59%). Mas, lembrando que é importante ter em vista o baixo número absoluto de docentes indígenas, o que pode intensificar variações percentuais. Já as raças parda e preta evidenciaram avanços significativos, com crescimentos de 11,54 pontos percentuais (107,95%) e 0,79 pontos percentuais (35,43%), respectivamente. Chama-se atenção a presença de pardos nesse subgrupo com bolsa, de 22,23%, bem maior que para privadas e públicas.

**Tabela 9 - Presença e evolução de docentes com bolsa de pesquisa por raça nas instituições federais (2009 e/a 2019)**

<b>Raça</b>	<b>2009 (%)</b>	<b>2019 (%)</b>	<b>Evolução (%)</b>	<b>Aumento Percentual (%)</b>
Amarela	3.00	1.96	-1.04	-34.67
Branca	83.78	72.58	-11.20	-13.37
Indígena	0.29	0.21	-0.08	-27.59
Parda	10.69	22.23	11.54	107.95
Preta	2.23	3.02	0.79	35.43

**Fonte:** O autor (2023)

Ao comparar a evolução da presença de diferentes raças com bolsa de pesquisa nas instituições públicas, privadas e federais, nota-se uma tendência geral de diversificação, com a redução da representatividade branca e o aumento das demais raças. Entretanto, as mudanças ocorrem em diferentes magnitudes e ritmos, sendo mais acentuadas nas instituições públicas e federais, onde se observa um maior crescimento percentual das raças parda e preta e uma queda mais pronunciada na representatividade branca, sendo maior a evolução e distribuição da representatividade nas federais.

Contrastando, nas instituições privadas, os avanços são menos expressivos. A redução na representatividade dos docentes brancos é menor, assim como os aumentos percentuais nas raças parda e preta. No entanto, é importante destacar o crescimento na representatividade dos docentes indígenas nas instituições privadas, que supera o observado nas públicas e federais, embora em números absolutos ainda seja pequeno.

Essa comparação evidencia as variações no progresso da diversidade racial nesse contexto e a necessidade de políticas específicas em cada tipo de instituição para fomentar a equidade e a inclusão.

#### 4.1.4 Representatividade de docentes deficientes por raça

Nesta seção, aborda-se a quarta questão, buscando esclarecer a representatividade de docentes deficientes por raça nas instituições públicas, privadas e federais. Primeiramente esclarecer como aumentou a presença geral dos deficientes nas IES e então apresentar a ênfase na estratificação por raça nesse subgrupo. Vale ressaltar que o universo de análise para essa seção é pequeno. A Tabela 10 apresenta a evolução da quantidade de docentes deficientes, em exercício, de 2009 e 2019. É possível perceber que houve um crescimento de docentes deficientes no ensino superior no período. O maior aumento percentual foi nas públicas, com 139% de aumento percentual, seguido pelas federais com 90% de aumento, e por fim as privadas, com 90% de aumento percentual.

**Tabela 10 - Quantidades de docentes deficientes em 2009 e 2019**

	2009	2019	Aumento Percentual (%)
Públicas	271	650	139%
Privadas	687	1012	47%
Federais	197	375	90%

Fonte: O autor (2023)

Para compreender melhor os docentes deficientes na questão racial, separou-se os docentes que declararam raça. Obteve-se um conjunto de 782 docentes deficientes em 2009, e 1424 em 2019. A partir dele foi feita a análise dos docentes deficientes estratificados por raça. A Tabela 11 mostra a evolução dos docentes deficientes por raça nas instituições públicas. Observa-se uma redução na presença de docentes amarelos (-0,25 pontos percentuais; -7,67%) e brancos (-7,73 pontos percentuais; -9,95%). Isso permitiu aumento na representatividade de docentes indígenas (0,27 pontos percentuais; 29,03%), pardos (5,09 pontos percentuais; 33,16%) e pretos (2,62 pontos percentuais; 93,91%).

**Tabela 11 - Presença e evolução de docentes deficientes por raça nas instituições públicas (2009 e/a 2019)**

Raça	2009 (%)	2019 (%)	Evolução (%)	Aumento Percentual (%)
Amarela	3.26	3.01	-0.25	-7.67
Branca	77.67	69.94	-7.73	-9.95
Indígena	0.93	1.20	0.27	29.03
Parda	15.35	20.44	5.09	33.16
Preta	2.79	5.41	2.62	93.91

Fonte: O autor (2023)

Referente às instituições privadas, conforme a Tabela 12, identifica-se uma diminuição na representatividade de docentes amarelos (-0,33 pontos percentuais; -23,40%) e brancos (-1,22 pontos percentuais; -1,48%). Aqui, diferente do comportamento que se tem enxergado em outros grupos, o aumento na presença de docentes pardos é pequeno (0,07 pontos percentuais; 0,46%), em contrapartida, há um expressivo crescimento na representatividade de docentes pretos (1,64 pontos percentuais; 154,72%). No caso dos docentes indígenas, a representatividade teve uma pequena redução de 1 docente para 0 docente, o que representou 0,18% de redução no percentual dessa raça.

**Tabela 12 - Presença e evolução de docentes deficientes por raça nas instituições privadas (2009 e/a 2019)**

<b>Raça</b>	<b>2009 (%)</b>	<b>2019 (%)</b>	<b>Evolução (%)</b>	<b>Aumento Percentual (%)</b>
Amarela	1.41	1.08	-0.33	-23.40
Branca	82.19	80.97	-1.22	-1.48
Indígena	0.18	0	-0,18	-100
Parda	15.17	15.24	0.07	0.46
Preta	1.06	2.70	1.64	154.72

Fonte: O autor (2023)

Analisando a Tabela 13, que apresenta os dados das instituições federais, percebe-se um decréscimo na presença de docentes amarelos (-0,77 pontos percentuais; -22,78%) e brancos (-12,73 pontos percentuais; -15,57%). Entretanto, há um aumento percentual expressivo na representatividade de docentes indígenas (1,19 pontos percentuais; 175,00%), pardos (8,29 pontos percentuais; 72,15%) e pretos (4,02 pontos percentuais; 148,89%). Vale lembrar que como o universo de análise é pequeno, isso pode ser mais fácil de acontecer. Entretanto o aumento é mais expressivo nessa segregação.

**Tabela 13 - Presença e evolução de docentes deficientes por raça nas instituições federais (2009 e/a 2019)**

<b>Raça</b>	<b>2009 (%)</b>	<b>2019 (%)</b>	<b>Evolução (%)</b>	<b>Aumento Percentual (%)</b>
Amarela	3.38	2.61	-0.77	-22.78
Branca	81.76	69.03	-12.73	-15.57
Indígena	0.68	1.87	1.19	175.00
Parda	11.49	19.78	8.29	72.15
Preta	2.70	6.72	4.02	148.89

Fonte: O autor (2023)

Comparando os resultados das instituições públicas, privadas e federais. As mudanças são mais expressivas nas instituições federais, onde se nota um maior aumento percentual nas raças parda, preta e indígena. Já nas instituições privadas, os avanços são menos acentuados, em geral. São grandes apenas para pretos. Existe uma pequena variação na representatividade dos docentes pardos e uma diminuição na presença de docentes indígenas.



#### 4.1.5 Síntese da análise de docentes

Para finalizar a apresentação da análise de docentes, apresenta-se de forma sintetizada as principais descobertas na base de docentes, para o contexto das instituições públicas, privadas e federais.

Sobre a representatividade das raças entre os docentes:

- De forma geral houve redução das desigualdades de representatividade entre as raças;
- Houve aumento de pretos, pardos e indígenas, para os três contextos, com exceção dos indígenas nas privadas;
- As federais eram as melhores em representatividade de pretos, pardos e indígenas no estágio inicial e continuam sendo;
- As públicas são as de maior aumento percentual para pretos, pardos e indígenas, seguido de perto pelas federais;
- As públicas foram mais efetivas em diminuir as desigualdades que as privadas.

Sobre a escolaridade dos docentes por raça:

- Houve um aumento geral na capacitação dos docentes;
- Tanto em públicas, como em federais, já predominavam docentes com doutorado para brancos, amarelos e indígenas. Mas para pretos e pardos predominava a escolaridade em mestrado. Todos aumentaram a capacitação na direção do doutorado, fazendo com que esse passasse a ser predominante em todos;
- Nas privadas havia predominância de docentes com mestrado para brancos, amarelos e indígenas. Mas para pretos e pardos, predominava a escolaridade especialização. Todos se capacitaram em direção ao doutorado, porém nenhuma raça predomina o doutorado ainda. Os pretos e pardos passaram a predominar o mestrado, e dessa forma todas as raças predominam mestrado.

Sobre docentes com bolsa de pesquisa por raça:

- Houve crescimento de pretos, pardos e indígenas para públicas, privadas e federais, com exceção dos indígenas nas federais;

- A pública foi a de maior crescimento para pretos, pardos e indígenas. As federais também evoluíram muito bem, com a exceção dos indígenas. As privadas melhoraram, porém menos que as outras duas.

Sobre docentes deficientes por raça:

- Houve crescimento na quantidade de docentes deficientes nas IES, sendo o maior deles nas públicas, seguido por federais e privadas;
- Houve avanços muito grandes na inclusão dos deficientes pretos, pardos e indígenas nas públicas, principalmente nas federais;
- Nas privadas houve aumento para pretos, permaneceu estável para pardos e reduziu para indígenas, perto da quase não presença de indígenas deficientes.

Essa é a síntese das discussões expressadas anteriormente tópico a tópico. Além disso, o Quadro 2 apresenta uma síntese quantitativa dos aumentos percentuais, positivos ou negativos, por meio de um *heatmap*, de cada estratificação analisada. É possível por meio dele perceber os subgrupos que tiveram melhores resultados, e possível maior efetividade em responder as políticas de ações afirmativas ativas no período, e os de menor efetividade. Isso pode ser útil para criar ações afirmativas específicas para algumas realidades onde pode estar tendo menor efetividade. Essa visualização pode ser útil para realizar uma série de inferências.

Quanto mais verde, maior o aumento percentual, e quanto mais vermelho, pior. Lembrando que as políticas de ações afirmativas, buscam favorecer pretos, pardos e indígenas, e que a redução percentual de brancos e amarelos pode ser normal para possibilitar o aumento destas. Por isso estão separadas na visualização.

**Quadro 2 - Aumentos percentuais de cada subgrupo de docentes analisado**

Raça	Geral (%)			Mestrado (%)			Doutorado (%)			Bolsa Pesquisa (%)			Deficientes (%)		
	Públ.	Priv.	Fed.	Públ.	Priv.	Fed.	Públ.	Priv.	Fed.	Públ.	Priv.	Fed.	Públ.	Priv.	Fed.
Amarela	5	9	23	3	5	5	83	-24	16	-38	13	-35	-8	-23	-23
Branca	-10	-6	-11	-10	27	10	102	-18	29	-9	-5	-13	-10	-1	-16
Indígena	38	-50	50	-3	43	-1	257	6	5	7	129	-28	29	0	175
Parda	43	27	39	-2	80	30	194	-4	51	121	38	108	33	0	72
Preta	52	29	39	-10	64	24	133	5	36	105	40	35	94	155	149

Fonte: O autor (2023)

Os três maiores aumentos percentuais foram os de docentes indígenas nas públicas com 257% de aumento percentual, seguido pelos pardos nas públicas com 194% de aumento percentual, e os docentes deficientes indígenas nas federais com

175% de aumento percentual. As três maiores reduções foram a de indígenas nas privadas (50%), seguido por docentes amarelos com bolsa de pesquisa nas públicas (-38%), e docentes amarelos com bolsa de pesquisa nas federais (35%).

Em conclusão, as análises das tabelas apresentadas demonstram que, embora ainda haja desigualdades na representatividade racial entre docentes nas instituições de ensino superior no Brasil, houve uma tendência geral de diminuição dessas disparidades no período entre 2009 e 2019. Isso indica que os esforços para promover uma maior diversidade étnico-racial entre docentes, no ensino superior brasileiro estão surtindo efeito, mas ainda há muito a ser feito para alcançar uma representatividade verdadeiramente equitativa no quesito.

## **4.2 Discentes**

Finalizada as observações na base dos docentes, a análise foi expandida a análise para a base de discentes, busca-se compreender as mudanças na diversidade e representatividade de estudantes nas instituições de ensino superior brasileiras. Assim como na base anterior, inicialmente foram levantadas algumas perguntas guiadoras:

1. Qual é a representatividade de discentes, por sexo, matriculados nas instituições públicas, federais e privadas, e como evoluíram no período?
2. Qual é a representatividade de discentes, por raça, matriculados nas instituições públicas e federais, e como evoluíram no período estudado? Existem diferenças na presença de discentes nesses perfis?
3. Qual é a representatividade dos discentes, por raça, que estão cursando ou formados (exclui trancados, desvinculados e falecidos) nas instituições públicas e federais, e como evoluíram no período estudado? Existem diferenças na presença de discentes nesses perfis?
4. Qual é a representatividade dos discentes ingressantes, por raça, nas instituições públicas e federais e como evoluíram no período estudado? Existem diferenças na presença de discentes nesses perfis?
5. Qual é a representatividade dos discentes concluintes, por raça, nas instituições públicas e federais, e como evoluíram no período estudado? Existem diferenças na presença de discentes nesses perfis?

6. Qual foi o aumento da quantidade de discentes deficientes e qual é a representatividade dos discentes deficientes, por raça, nas instituições públicas e federais, e como evoluíram no período estudado? Existem diferenças na presença de discentes nesses perfis?
7. Qual a representatividade de docentes, por raça e área geral do conhecimento, nas instituições públicas e federais e como evoluíram no período?
8. Qual o percentual de vagas por tipo de cota disponível em 2009 e 2019, e como evoluíram nesse período?

Essas perguntas que foram levantadas têm caráter diretor para a análise de discentes apresentada nessa seção. Vale ressaltar que essas perguntas respondem pontos do universo das instituições públicas, que são as maiores afetadas pelos programas de reservas de vagas, os programas de cotas. Instituições privadas podem conceder bolsas ou até mesmo participar de programas de ações afirmativas públicos como o Fies e o Prouni, mas isso fica fora do escopo desse trabalho.

Para abordar estas questões, realizou-se uma nova consulta ao dicionário de variáveis, identificando aquelas que seriam pertinentes para as respostas. Com essas variáveis em mente, realizou-se a união das bases dos anos de 2009 e 2019, a fim de otimizar a manipulação dos dados, procedemos com uma limpeza da base, eliminando as variáveis desnecessárias e mantendo apenas aquelas de interesse, alguns pré-processamentos foram aplicados na base.

A coluna de situação foi simplificada para comportar apenas 3 valores, agrupando os de valores “Trancado”, “Desvinculado” e “Falecido”, no mesmo valor, pois no contexto desse trabalho, todos caracterizam estudantes não ativos nas instituições. Assim como base de docentes, as variações na variável “Categoria Administrativa”, de valores de diferentes tipos de instituições privadas, como “privada sem fins lucrativos”, “privada comunitária”, “privada profissional”, “privada com fins lucrativos” foram todas simplificadas como apenas “Privada”. E foi criada uma coluna que caracteriza um aluno como de instituição pública se essa for “Municipal”, “Estadual” ou “Federal”. O resultado do pré-processamento e união das bases pode ser visualizado no Quadro 3.

Para obter a coluna “área geral do curso” foi necessário fazer um relacionamento com a base de cursos, visto que essa variável não está presente na base de alunos. A base de alunos e de curso tem a variável “CO\_CURSO” que contém

um código identificador único de cada curso. A base de cursos de 2019 tem a coluna de área geral baseado no CINE Brasil 2018. A base de 2009 tem a coluna de área geral baseada em uma outra nomenclatura. Os identificadores únicos “CO\_CURSO” de 2009 e 2019 de cada curso que já existiam em 2019 não mudam. Foi então realizada uma operação de *join*, que une as bases de dados, da base de alunos com a base de cursos de 2019, por meio da variável “CO\_CURSO”, para trazer a informação de área geral para a base de alunos baseada no CINE Brasil.

**Quadro 3 - Variáveis da base unificada para a análise**

<b>Categoria Administrativa</b>	Tipo da categoria administrativa da IES. Foi transformada para assumir os valores de “Municipal”, “Estadual”, “Federal”, “Privada” e “Especial”.
<b>Pública</b>	Informa se a instituição do discente é pública. Pode ser “Verdadeiro” ou “Falso”
<b>Situação</b>	Tipo de situação do docente na IES. Pode assumir os valores: “Trancado/Desvinculado/Falecido”, “Cursando” e “Formado”.
<b>Sexo</b>	Sexo do docente. Pode ser “Feminino” ou “Masculino”
<b>Raça</b>	Tipo da cor/raça do docente. Pode assumir os valores: “Não quis declarar”, “Branca”, “Preta”, “Parda”, “Amarela”, “Indígena”, “Não dispõe da informação”
<b>Deficiência</b>	Informa se o docente é uma pessoa com deficiência. Pode ser “Verdadeiro” ou “Falso”.
<b>Matrícula</b>	Informa se o aluno está matriculado no curso. Pode ser “Verdadeiro” ou “Falso”.
<b>Ingressante</b>	Informa se o aluno é ingressante no curso no ano de referência. Pode ser “Verdadeiro” ou “Falso”.
<b>Concluinte</b>	Informa se o aluno é concluinte no curso no ano de referência. Pode ser “Verdadeiro” ou “Falso”.
<b>Área geral do curso</b>	Informa qual a área geral do curso conforme a nomenclatura CINE Brasil. "Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária", "Artes e humanidades", "Ciências naturais, matemática e estatística", "Ciências sociais, comunicação e informação", "Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação", "Educação", "Engenharia, produção e construção", "Negócios, administração e direito", "Saúde e bem-estar", "Serviços".
<b>Ano</b>	Ano do censo. Pode ser 2009 ou 2019
<b>Pública</b>	Informa se a instituição do aluno é pública. Pode ser “Verdadeiro” ou “Falso”.

**Fonte: O autor (2023)**

Para as análises realizadas, foi necessário conhecer o tamanho de algumas faixas da base de dados para saber se existem dados suficientes para cada análise. A Tabela 14 apresenta a quantidade de alunos de alguns cortes da base, que foram analisados. A cada análise apresentada nas seções a seguir, será sinalizado no texto quais cortes estão sendo considerados. Poderá haver intersecção dessas faixas.

**Tabela 14 – Quantidade de alunos por características de análise de discentes nas públicas**

	2009	2019	2009 (%)	2019 (%)
Total	1685860	2584929	100,00	100,00
Situação = Trancado/Desvinculado/Falecido	160670	500027	9,53	19,34
Situação = Cursando	1365696	1837395	81,01	71,08
Situação = Formado	159494	247507	9,46	9,58
Matrícula = Verdadeiro	1525190	2056460	90,47	79,56
Ingressante = Verdadeiro	422663	552291	25,07	21,37
Concluente = Verdadeiro	207334	247507	12,30	9,58
Categoria Administrativa = Federal	929714	1682155	55,15	65,08
Categoria Administrativa != Federal	756146	902774	44,85	34,92

**Fonte: O autor (2023)**

Foram analisados também colunas com dados vazios. Para as análises que dependem da coluna de raça declarada, assim como na análise de docentes, existem colunas com alunos que não quiseram declarar ou que não dispõem da informação. Esses foram desconsiderados.

Essa informação está sendo apresentada para ter uma noção geral do tamanho dos cortes das análises, entretanto é importante ressaltar que houve intersecção desses cortes ao longo das análises, e isso ficará explícito no texto.

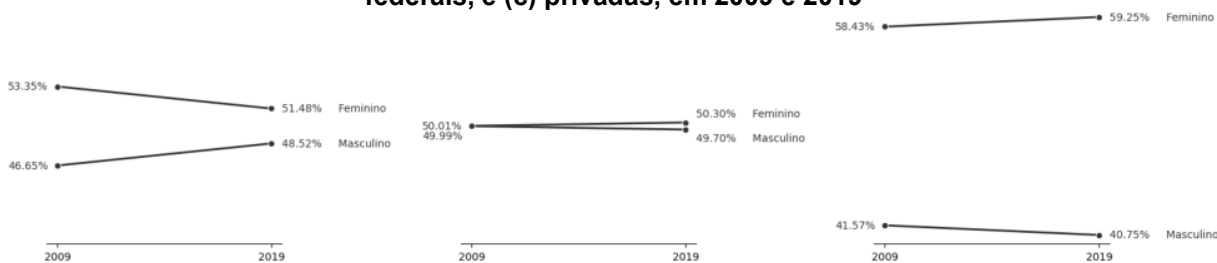
#### 4.2.1 Representatividade de discentes matriculados por sexo

Iniciou-se, então, a análise de discente. Nesta seção, analisou-se a primeira questão, que examinava a representatividade de discentes matriculados por gênero nas instituições públicas, federais e privadas, e como essa representatividade evoluiu durante o período estudado. Para isso, contabilizaram-se todos os discentes com coluna “Matrícula” preenchida com “Verdadeiro” e com “Categoria Administrativa” = “Pública”.

A Figura 6 mostrou a evolução do percentual de discentes por gênero entre 2009 e 2019 nas instituições públicas, federais e privadas. No gráfico da Figura 6(a),

relativo às instituições públicas, pôde-se observar uma ligeira diminuição na proporção de estudantes do sexo feminino, de 53,35% em 2009 para 51,48% em 2019, enquanto a proporção de estudantes do sexo masculino aumentou de 46,65% para 48,52% no mesmo período.

**Figura 6- Representatividade de discentes por gênero nas instituições (a) públicas, (b) federais, e (c) privadas, em 2009 e 2019**



Fonte: O autor (2023)

No gráfico da Figura 6(b), das instituições federais, nota-se uma manutenção na representatividade de gênero ao longo da década: o sexo feminino se manteve próximo dos 50%, passando de 50,01% para 50,30%, enquanto o sexo masculino se manteve estável de 49,99% para 49,70%.

Finalmente, no gráfico da Figura 6(c), referente às instituições privadas, é notável um crescimento na proporção de estudantes do sexo feminino de 58,43% para 59,25% e uma diminuição no sexo masculino de 41,57% para 40,75%.

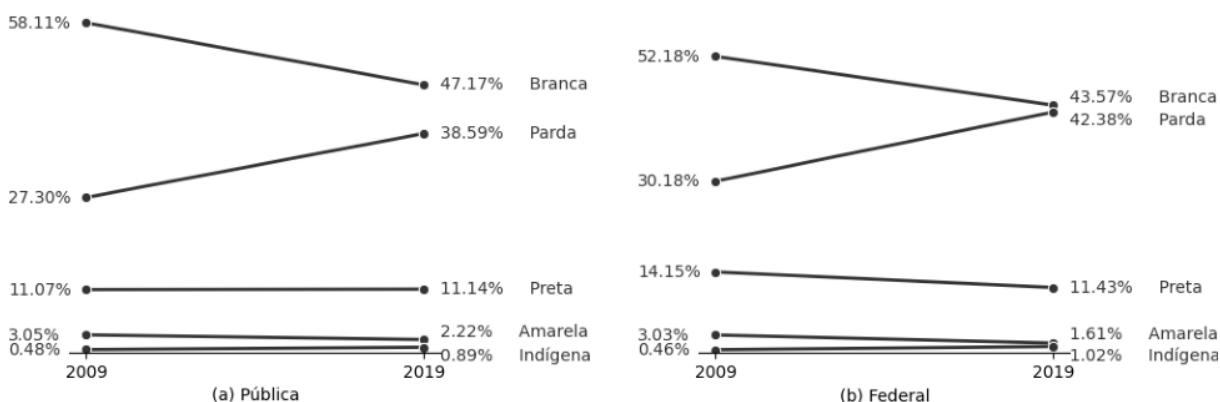
Essas variações mostram que a representatividade de gênero entre os discentes sofreu mudanças distintas de acordo com o tipo de instituição. Enquanto nas instituições públicas houve um ligeiro aumento na proporção de discentes do sexo masculino, nas privadas ocorreu o inverso. Já nas federais, a proporção manteve-se quase inalterada ao longo do período. Há prevalência de mulheres nos 3 perfis de universidades. Nas privadas isso se acentua ainda mais chegando a quase 60%. A maior representatividade de homens está no contexto das federais.

#### 4.2.2 Representatividade de discentes matriculados por raça

Mudando o foco para a análise da representatividade racial entre os discentes, a Figura 7 apresenta a evolução do percentual de estudantes matriculados por raça, entre 2009 e 2019, para as instituições públicas e federais. Essa análise considera alunos com “Matrícula” = “Verdadeiro” com “Pública” = “Verdadeiro” ou “Categoria

Administrativa” = Federal, com “Raça” diferente de “Não dispõe da informação” ou “Não quis declarar”.

**Figura 7 - Representatividade de discentes matriculados, por raça, nas instituições (a) públicas e (b) federais, em 2009 e 2019**



Fonte: O autor (2023)

Iniciemos com a Figura 7(a), que ilustra a distribuição racial dos estudantes matriculados em instituições públicas. Em 2009, os estudantes de raça branca constituíam a maior parcela, com 58,11% das matrículas. Essa proporção diminuiu para 47,17% em 2019, uma queda de 10,94%. A proporção de estudantes amarelos também diminuiu, de 3,05% em 2009 para 2,22% em 2019, representando uma queda de 0,83%. A participação dos estudantes pretos permaneceu quase constante, com uma ligeira variação de 11,07% em 2009 para 11,14% em 2019, um aumento de 0,07%. Em virtude da queda de brancos e amarelos, era esperado maior aumento nesse ponto.

Por outro lado, observamos um aumento na representação de estudantes pardos e indígenas nas instituições públicas durante o mesmo período. A proporção de estudantes pardos aumentou de 27,30% em 2009 para 38,59% em 2019, um aumento de 11,29%. Os estudantes indígenas, apesar de representarem uma pequena parcela da população estudantil, quase dobraram sua participação, de 0,48% em 2009 para 0,89% em 2019, um aumento de 0,41%.

A Figura 7(b) revela um quadro semelhante para as instituições federais. A proporção de estudantes brancos caiu de 52,18% em 2009 para 43,57% em 2019, uma queda de 8,61%. A representação dos estudantes amarelos também diminuiu, de 3,03% para 1,61%, uma queda de 1,42%. Essa queda é mais expressiva entre estudantes das federais. Enquanto nas públicas foi uma redução de quase 27% em relação ao valor anterior, nas federais foi de quase 47%. Além disso, a participação



dos estudantes pretos diminuiu de 14,15% para 11,43%, uma redução de 2,72%. Aqui não somente não aumentou consideravelmente como diminuiu. Esse comportamento é estranho visto que as políticas de cotas têm por objetivo aumentar muito esse item.

Em contrapartida, como nas públicas um aumento na representação de estudantes pardos e indígenas nas instituições federais. A proporção de estudantes pardos passou de 30,18% em 2009 para 42,38% em 2019, um aumento de 12,20%. A participação dos estudantes indígenas também aumentou, de 0,46% em 2009 para 1,02% em 2019, um aumento de 0,56%.

A análise revela uma mudança significativa na composição racial dos estudantes matriculados em instituições de ensino superior públicas e federais no Brasil entre 2009 e 2019. Em ambas as categorias de instituições, houve uma diminuição na representação de estudantes brancos e amarelos, que possibilitou ganhos para as raças menos representadas. Dessa forma, a representação de estudantes pardos e indígenas aumentou em ambos os tipos de instituições. Vale notar a grande redução em relação a si mesmo no período anterior dos estudantes amarelos nas federais.

Por outro lado, a representação de estudantes pretos varia entre as duas categorias de instituições. Enquanto houve uma queda na representação de estudantes pretos nas instituições federais, a representação desses estudantes se manteve relativamente estável nas instituições públicas.

Essas tendências sugerem que as políticas de inclusão racial podem estar tendo impacto significativo. Entretanto, se levanta um ponto de alerta a questão de não estarem impactando, ou estarem impactando negativamente, a representatividade de discentes pretos.

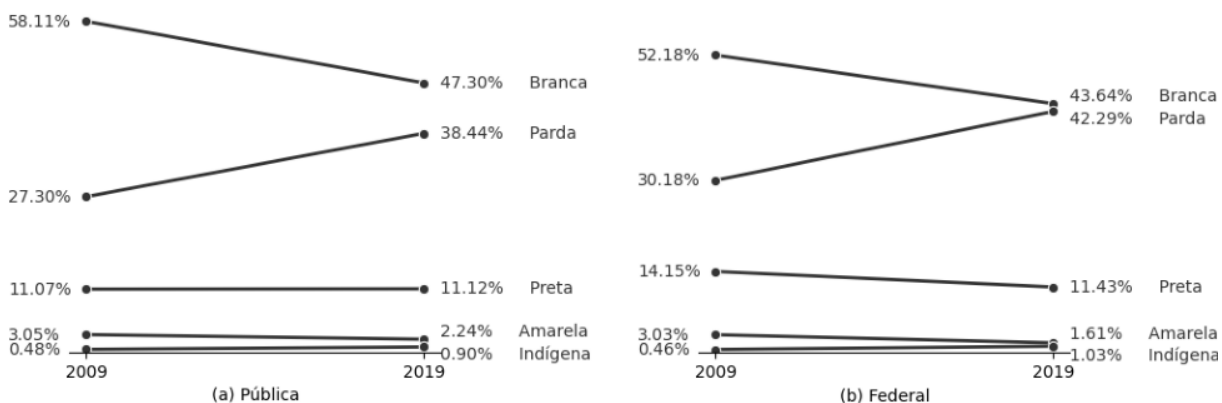
#### 4.2.3 Representatividade de discentes ativos por raça

Na subseção anterior, a composição racial dos estudantes matriculados nas instituições de ensino superior públicas e federais no Brasil foi analisada. Nesta subseção, a distribuição racial dos estudantes que estão cursando ou que já se formaram, baseada na coluna “Situação” da base de dados, nessas instituições é explorada, conforme representado na Figura 8.

Essa análise desconsidera alunos desvinculados e falecidos, representando o perfil que está presente, de fato, no dia a dia da instituição. Essa análise considera

alunos com “Situação” diferente de “Trancado/Desvinculado/Falecido”, com “Pública” = “Verdadeiro” ou “Categoria Administrativa” = Federal, com “Raça” diferente de “Não dispõe da informação” ou “Não quis declarar”.

**Figura 8 - Representatividade de discentes ativos, por raça, nas instituições (a) públicas e (b) federais, em 2009 e 2019**



Fonte: O autor (2023)

Iniciando pela Figura 8(a), que se refere às instituições públicas, é notada uma tendência semelhante à observada na Figura 7(a). A proporção de estudantes brancos reduziu de 58,11% em 2009 para 47,30% em 2019, uma queda de 10,81%. A representação dos estudantes de raça amarela também caiu, de 3,05% em 2009 para 2,24% em 2019, uma diminuição de 0,81%. Assim como na Figura 7(a), a participação de estudantes pretos permaneceu praticamente constante, com uma pequena variação de 11,07% em 2009 para 11,12% em 2019, um aumento de 0,05%.

Contudo, um aumento na representação de estudantes pardos e indígenas nas instituições públicas durante o mesmo período é observado. A proporção de estudantes pardos subiu de 27,30% em 2009 para 38,44% em 2019, um aumento de 11,14%. Os estudantes indígenas, embora constituam uma pequena parcela da população estudantil, quase dobraram sua representação, de 0,48% em 2009 para 0,90% em 2019, um aumento de 0,42%.

A Figura 8(b) exhibe as mudanças na composição racial dos estudantes que estão cursando ou que já se formaram nas instituições federais. A proporção de estudantes brancos caiu de 52,18% em 2009 para 43,64% em 2019, uma queda de 8,54%. Os estudantes de raça amarela também apresentaram uma diminuição em sua representação, de 3,03% em 2009 para 1,61% em 2019, uma queda de 1,42%. Segue o mesmo padrão da seção anterior, como uma redução significativa em relação a si mesma no período anterior.

Em contrapartida, a representação de estudantes pardos e indígenas nas instituições federais aumentou. A proporção de estudantes pardos aumentou de 30,18% em 2009 para 42,29% em 2019, um aumento de 12,11%. A representação dos estudantes indígenas aumentou de 0,46% em 2009 para 1,03% em 2019, um aumento de 0,57%. Como na seção anterior, a redução inesperada entre pretos também aparece nessa análise, a representação dos estudantes pretos diminuiu, de 14,15% para 11,43%, uma redução de 2,72%. Nas seções seguintes esse ponto segue em atenção.

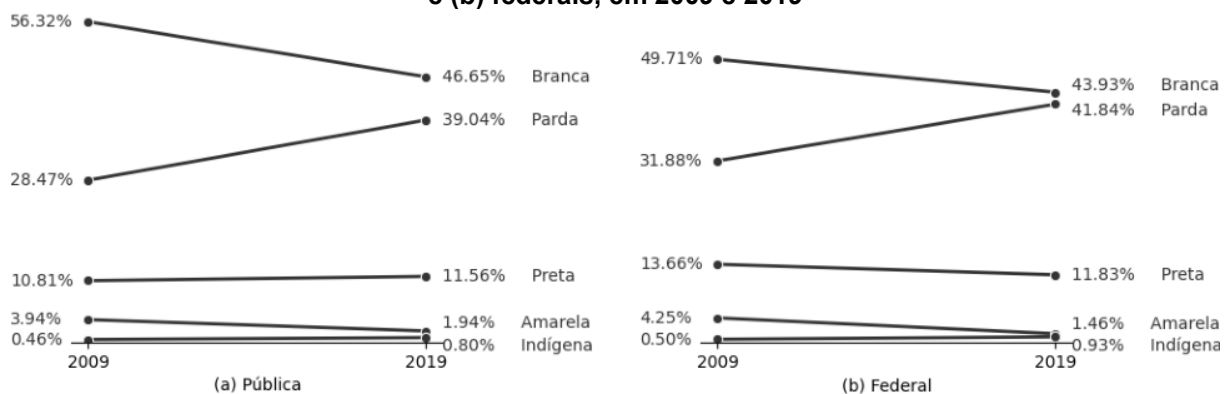
A análise dos dados da Figura 8 revela tendências similares às observadas na Figura 7. Ambas as instituições públicas e federais demonstram uma diminuição na representação de estudantes brancos e amarelos, enquanto há um aumento na representação de estudantes pardos e indígenas. A representação de estudantes pretos nas instituições federais diminuiu, enquanto nas instituições públicas permaneceu estável. Isso mostra que embora haja estudantes que trancam ou se desvinculam dos cursos, as tendências em geral dos estudantes ativos nas IES são similares a de todos os matriculados.

#### 4.2.4 Representatividade de discentes ingressantes por raça

As análises anteriores permitiram observar como está o perfil geral dos estudantes matriculados e ativos nas universidades, que refletem a média em geral do perfil dos estudantes nas universidades. Entretanto, é sempre comum ouvir pessoas questionarem se o percentual de ingresso por cotas resulta entre estudantes concluintes. Para isso essa seção e a seguinte trataram de observar a representatividade entre os discentes ingressantes e concluintes. Para dar início, apresenta-se a

Figura 9, que apresenta a evolução do percentual de discentes ingressantes por raça, entre 2009 e 2019, para as instituições públicas e federais. Essa análise considera alunos com “Ingressante” = “Verdadeiro”, com “Pública” = “Verdadeiro” ou “Categoria Administrativa” = Federal, com “Raça” diferente de “Não dispõe da informação” ou “Não quis declarar”.

**Figura 9 - Representatividade de discentes ingressantes, por raça, nas instituições (a) públicas e (b) federais, em 2009 e 2019**



Fonte: O autor (2023)

No gráfico da Figura 9, relativo às instituições públicas, a tendência se mantém: a proporção de estudantes de raça branca diminuiu de 56,32% para 46,65% e a de estudantes de raça parda aumentou de 28,47% para 39,04%. A representatividade de estudantes indígenas cresceu de 0,46% para 0,80%, e a de estudantes de raça amarela caiu consideravelmente, de 3,94% para 1,94%, o que representa redução de 50,76%. A proporção de estudantes de raça preta aumentou ligeiramente, de 10,81% para 11,56%. Para as instituições federais, gráfico da Figura 9(b), a proporção de estudantes de raça branca reduziu de 49,71% para 43,93% e a de estudantes de raça parda cresceu de 31,88% para 41,84%. A representatividade de estudantes indígenas também aumentou, de 0,50% para 0,93%, e a de estudantes de raça amarela diminuiu significativamente, de 4,25% para 1,46%, o que representa redução de 65,65%. A proporção de estudantes de raça preta decresceu em 13,40%.

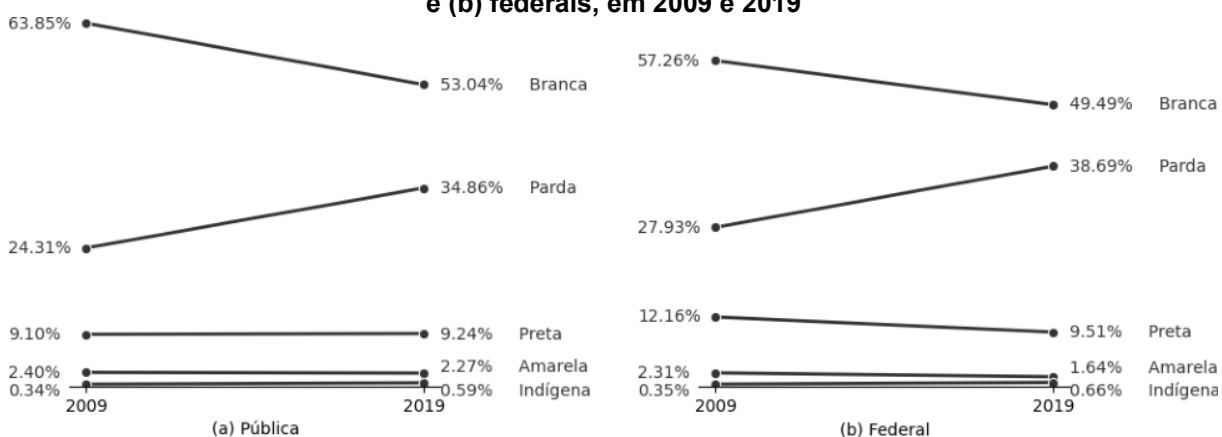
Essas observações indicam que a tendência de aumento da representatividade de estudantes de raça parda e redução de estudantes de raça branca e amarela se mantém, tanto em instituições públicas quanto em federais, entre os alunos ingressantes. Observa-se também uma queda expressiva na proporção de estudantes de raça amarela, especialmente em ambas, com ainda mais ênfase nas federais.

Para a análise proposta é importante observar que os valores iniciais e finais de brancos e amarelos estão levemente deslocados para baixo que nos gráficos anteriores, enquanto pardos estão um pouco deslocados para cima.

#### 4.2.5 Representatividade de discentes concluintes por raça

A Figura 10 mostra a evolução do percentual de discentes concluintes por raça, entre 2009 e 2019, para as instituições públicas e federais. Essa análise considera alunos com coluna “Concluinte” = “Verdadeiro”, com “Pública” = “Verdadeiro” ou “Categoria Administrativa” = Federal, com “Raça” diferente de “Não dispõe da informação” ou “Não quis declarar”.

**Figura 10 - Representatividade de discentes concluintes, por raça, nas instituições (a) públicas e (b) federais, em 2009 e 2019**



Fonte: O autor (2023)

Para as instituições públicas, gráfico da Figura 10(a), a proporção de estudantes de raça branca decresceu de 63,85% para 53,04% e a de estudantes de raça parda aumentou de 24,31% para 34,86%. A representatividade de estudantes indígenas cresceu de 0,34% para 0,59%, e a de estudantes de raça amarela permaneceu quase estável, de 2,40% para 2,27%. A proporção de estudantes de raça preta permaneceu também permaneceu quase estável de 9,10% para 9,24%.

No gráfico da Figura 10(b), referente às instituições federais, a proporção de estudantes de raça branca diminuiu de 57,26% para 49,49%, enquanto a de estudantes de raça parda aumentou de 27,93% para 38,69%. A representatividade de estudantes indígenas também cresceu, de 0,35% para 0,66%, e a de estudantes de raça amarela diminuiu de 2,31% para 1,64%. A proporção de estudantes de raça preta caiu em de 12,16% para 9,51%, o que apresenta redução de 21,79% entre os concluintes.

Os dados mostram que, entre os discentes concluintes, a tendência de aumento da representatividade de estudantes de raça parda e redução de estudantes de raça branca e amarela também se mantém. Há também uma tendência de aumento

da representatividade de estudantes indígenas. Observa-se ligeiro crescimento, em quase estabilidade entre os estudantes pretos das públicas, e segue um ponto de preocupação com a queda na proporção de pretos nas instituições federais, também entre os concluintes.

Sobre a análise ingressantes/concluintes podemos perceber claramente que existem diferenças de representatividade significativas entre alunos que conseguem entrar na universidade e que ainda se formam. Infelizmente, os gráficos entre concluintes estão com os valores de brancos e amarelos mais deslocados para cima em detrimento dos demais em relação aos gráficos anteriores. Isso pode mostrar maior evasão entre as classes menos representadas. Entretanto as inclinações dos gráficos mostram que existem sim efeitos positivos das políticas de cotas entre os alunos concluintes, principalmente entre pardos e indígenas. Todavia isso não está acontecendo na raça preta que se manteve quase estável nas públicas, com pequeno crescimento, enquanto teve redução nas federais. Isso pode apontar que as políticas de ação afirmativa não estão funcionando para a raça preta.

#### 4.2.6 Representatividade de discentes deficientes

Essa seção aborda o aumento dos discentes deficientes nas IES públicas e federais, e como evoluiu a representatividade por raça nesse subgrupo. A Tabela 15 apresenta a evolução da quantidade de discentes deficientes, em exercício, em 2009 e 2019. O corte realizado é de estudantes matriculados, com deficiência e de públicas e federais. Houve grande aumento percentual, tanto para as públicas, de 187%, e para o contexto das federais.

**Tabela 15 - Quantidade de discentes deficientes em 2009 e 2019**

	<b>2009</b>	<b>2019</b>	<b>Aumento Percentual (%)</b>
Públicas	6344	18227	187%
Federais	4113	13971	240%

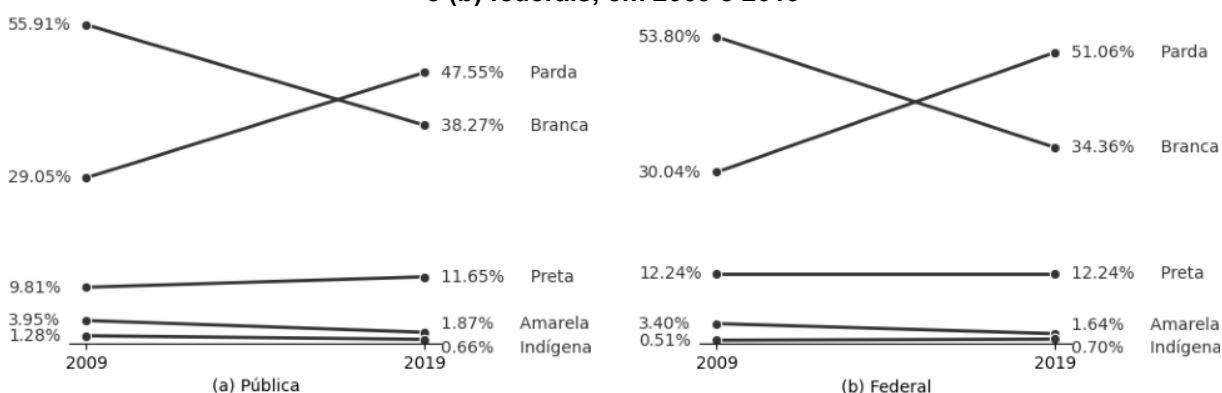
**Fonte:** O autor (2023)

Ainda foi realizada a análise estratificada por raça. Como pode ser vista na Figura 11. Essa análise considera alunos com “Deficiência” = “Verdadeiro”, com “Pública” = “Verdadeiro” ou “Categoria Administrativa” = Federal, com “Raça” diferente de “Não dispõe da informação” ou “Não quis declarar”. Houve grande redução dos

discentes brancos, que saíram de 55,91% para 38,27% nas públicas e de 53,80% para 34,36% nas federais. Amarelos e indígenas deficientes reduziram sua presença. Pardos tiveram grande aumento, saíram de 29,05% para 47,55% nas públicas e de 30,04% para 51,06% nas federais. E pretos aumentaram, de 9,81% para 11,65%, e se mantiveram constantes nas federais.

Essa é a primeira análise em que os brancos deixam de ser predominantes, os pardos ficam como predominantes nessa análise. Aqui houve também aumento ligeiro de pretos na pública, um pouco maior que nas estratificações anteriores. Nas federais os pretos se mantiveram estáveis, enquanto nas outras análises em geral tiveram redução. Isso mostra que entre deficientes estão acontecendo evoluções mais acentuadas. Contudo, isso não vale para os indígenas, que tiveram redução.

**Figura 11 - Representatividade de discentes deficientes, por raça, nas instituições (a) públicas e (b) federais, em 2009 e 2019**



Fonte: O autor (2023)

#### 4.2.7 Representatividade de discentes por área geral de curso e por raça

Então, passa-se a análise dos discentes relacionadas aos seus cursos. Nessa seção, são apresentados dados referentes a proporção de discentes matriculados por área geral de curso, e raça, conforme Quadro 4. Essa análise considera alunos com “Matrícula” = “Verdadeiro”, com “Pública” = “Verdadeiro” ou “Categoria Administrativa” = “Federal”, com “Raça” diferente de “Não dispõe da informação” ou “Não quis declarar”. Nessa seção é importante a compreensão das tendências de crescimento de cada grupo, por isso essa apresentação traz ênfase à coluna de aumento percentual, que compara o percentual de 2019 em relação ao de 2009. Não foram adicionados muitos comentários em relação à diminuição da representatividade branca pois é esperado sua redução em todas as áreas para o crescimento das

demais raças. As colunas de aumento percentual têm um mapa de calor, que apresenta as informações de forma que quanto menor o aumento, mais vermelho, e quanto maior o aumento, mais verde. O que possibilita observar onde estão os valores que se deve dar maior atenção.

**Quadro 4 - Representatividade de discentes matriculados, por área geral de curso, e raça, nas instituições públicas e federais**

Área Geral	Raça	Públicas				Federais			
		2009 (%)	2019 (%)	Evolução (%)	Aumento Percent. (%)	2009 (%)	2019 (%)	Evolução (%)	Aumento Percent. (%)
Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária	Amarela	2,80	1,73	-1,07	-38,21	2,24	1,40	-0,84	-37,5
	Branca	65,73	47,28	-18,45	-28,07	59,41	43,14	-16,27	-27,39
	Indígena	0,43	0,68	0,25	58,14	0,47	0,72	0,25	53,19
	Parda	21,06	40,63	19,57	92,92	24,91	44,90	19,99	80,25
	Preta	9,98	9,67	-0,31	-3,11	12,98	9,83	-3,15	-24,27
Artes e humanidades	Amarela	3,81	4,24	0,43	11,29	3,92	1,63	-2,29	-58,42
	Branca	65,20	54,22	-10,98	-16,84	61,70	49,28	-12,42	-20,13
	Indígena	0,51	0,57	0,06	11,76	0,51	0,63	0,12	23,53
	Parda	20,49	28,34	7,85	38,31	22,86	34,25	11,39	49,83
	Preta	10,00	12,63	2,63	26,30	11,01	14,21	3,20	29,06
Ciências naturais, matemática e estatística	Amarela	30,00	2,98	-0,02	-0,67	2,29	2,03	-0,26	-11,35
	Branca	55,16	49,46	-5,70	-10,33	51,04	45,62	-5,42	-10,62
	Indígena	0,64	0,59	-0,05	-7,81	0,63	0,64	0,01	1,59
	Parda	28,24	36,39	8,15	28,86	30,89	40,27	9,38	30,37
	Preta	12,97	10,59	-2,38	-18,35	15,14	11,43	-3,71	-24,5
Ciências sociais, comunicação e informação	Amarela	1,76	2,2	0,44	25	1,52	1,45	-0,07	-4,61
	Branca	58,28	49,65	-8,63	-14,81	52,68	45,4	-7,28	-13,82
	Indígena	0,42	0,91	0,49	116,67	0,45	1,08	0,63	140
	Parda	24,44	34,52	10,08	41,24	27,26	38,55	11,29	41,42
	Preta	15,09	12,72	-2,37	-15,71	18,1	13,52	-4,58	-25,3
Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação	Amarela	3,81	2,18	-1,63	-42,78	3,6	1,56	-2,04	-56,67
	Branca	62,65	53,85	-8,8	-14,05	58,11	48,88	-9,23	-15,88
	Indígena	0,3	0,42	0,12	40	0,28	0,52	0,24	85,71
	Parda	25,7	35,14	9,44	36,73	29,86	40,61	10,75	36
	Preta	7,53	8,4	0,87	11,55	8,15	8,43	0,28	3,44
Educação	Amarela	1,92	1,89	-0,03	-1,56	1,93	1,5	-0,43	-22,28
	Branca	49,07	36,82	-12,25	-24,96	43,81	33,66	-10,15	-23,17
	Indígena	0,54	1,62	1,08	200	0,48	2,02	1,54	320,83
	Parda	34,74	45,83	11,09	31,92	36,58	48,67	12,09	33,05
	Preta	13,72	13,84	0,12	0,87	17,21	14,15	-3,06	-17,78
Engenharia, produção e construção	Amarela	5,02	2,49	-2,53	-50,4	4,84	1,89	-2,95	-60,95
	Branca	62,46	55,25	-7,21	-11,54	57,27	52,3	-4,97	-8,68
	Indígena	0,3	0,36	0,06	20	0,28	0,35	0,07	25
	Parda	22,36	33,87	11,51	51,48	25,69	37,39	11,7	45,54



	Preta	9,86	8,02	-1,84	-18,66	11,92	8,07	-3,85	-32,3
Negócios, administração e direito	Amarela	2,26	1,93	-0,33	-14,6	2,08	1,43	-0,65	-31,25
	Branca	63,69	49,74	-13,95	-21,9	53,48	43,85	-9,63	-18,01
	Indígena	0,44	0,55	0,11	25	0,4	0,66	0,26	65
	Parda	23,6	36,78	13,18	55,85	29,22	42,75	13,53	46,3
	Preta	10,02	11	0,98	9,78	14,83	11,31	-3,52	-23,74
Saúde e bem-estar	Amarela	2,8	2,38	-0,42	-15	2,52	1,71	-0,81	-32,14
	Branca	62,25	49,67	-12,58	-20,21	57,85	45,35	-12,5	-21,61
	Indígena	0,45	0,85	0,4	88,89	0,42	0,87	0,45	107,14
	Parda	23,62	37,03	13,41	56,77	25,63	41,41	15,78	61,57
	Preta	10,87	10,08	-0,79	-7,27	13,57	10,66	-2,91	-21,44
Serviços	Amarela	2,16	1,9	-0,26	-12,04	1,88	1,28	-0,6	-31,91
	Branca	51,87	40,89	-10,98	-21,17	42,69	38,24	-4,45	-10,42
	Indígena	0,95	0,61	-0,34	-35,79	0,8	0,61	-0,19	-23,75
	Parda	27,75	43,05	15,3	55,14	32,68	46,21	13,53	41,4
	Preta	17,27	13,55	-3,72	-21,54	21,95	13,65	-8,3	-37,81

Fonte: O autor (2023)

Iniciando pela área geral “Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária”, o ponto de maior destaque é o aumento de representatividade de estudantes pardos. Nas universidades públicas, este grupo aumentou em 93%, enquanto nas federais o crescimento foi de 80%. Houve também aumento de 58%, nas públicas, e 53% nas federais, dos indígenas. Para esse aumento houve a natural redução da presença de estudantes brancos e amarelo. Entretanto houve redução de estudantes pretos em 3% nas públicas e 24% nas federais. Como citado nas seções anteriores, esse comportamento não é esperado, e a análise segue atenta a esse ponto. Nesse item as universidades públicas tiveram mais desempenho que as federais.

Nas “Artes e Humanidades”, o incremento mais substancial foi observado entre os estudantes pardos, que cresceram 38% em instituições públicas e 49% em federais. Na sequência veio o incremento dos pretos, que diferente da área anterior, cresceram, em 26% nas públicas e 29% nas federais. Os indígenas também cresceram em 11,75% nas públicas e 23,53% nas federais. A raça amarela cresceu nas públicas em 10% e reduziu nas federais em 58%. Os indígenas tiveram redução de 8% nas públicas e aumento de 1,5% nas federais. Aqui também é possível perceber uma redução entre os estudantes pretos, de 18% nas públicas e de 24,5% nas federais. Amarelos e brancos reduziram sua participação entre 1 e 10%.

Na área de “Ciências Naturais, Matemática e Estatística”, nota-se novamente aumento significativo da representação de estudantes pardos, de 29% em instituições

públicas e de 30% nas federais. Os estudantes indígenas sofreram uma diminuição de 8% nas públicas e leve crescimento de 1,5% nas federais, enquanto. Mais uma vez, observa-se uma diminuição na presença de estudantes pretos em ambas as categorias de instituições, com um decréscimo de 18% em públicas e 25% em federais.

No campo de “Ciências Sociais, Comunicação e Informação”, segue com crescimento expressivo de pardos, acompanhado de indígenas. O grupo pardo cresceu 41%, enquanto o grupo indígena teve um aumento grande aumento, de 117% nas instituições públicas e 140% nas instituições federais. Os estudantes pretos também sofreram uma redução na sua participação, diminuindo em 16% nas públicas e 25% nas federais. A presença de estudantes amarelos aumentou 25% nas públicas e reduziu em 5% nas federais.

Na área de “Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação”, os estudantes pardos aumentaram sua presença em 37% nas instituições públicas e 36% nas federais. O grupo indígena também apresentou crescimento, com aumento de 40% nas públicas e 86% nas federais. Os estudantes pretos tiveram um crescimento de 11,5% nas públicas e de 3,5% nas federais.

Na “Educação”, o crescimento de indígenas tem grande destaque. Eles tiveram um aumento expressivo, com um crescimento de 200% nas instituições públicas e 321% nas instituições federais. Dentro do padrão, houve crescimento de estudantes pardos, desta vez de 32% nas públicas e 33% nas federais. Os estudantes pretos, teve um pequeno crescimento de 1% nas públicas enquanto teve uma redução de 18% nas federais. Em geral, até aqui, as federais performam melhor que as públicas no crescimento de pardos e indígenas, porém pior para o crescimento de pretos.

Na área de “Engenharia, Produção e Construção”, o crescimento mais expressivo foi novamente visto entre os estudantes pardos, com um aumento de 51% nas instituições públicas e 46% nas federais. Os indígenas também apresentaram um crescimento de 20% nas públicas e 25% nas federais. No entanto, observou-se uma diminuição na presença de estudantes pretos, que diminuíram em 19% nas públicas e 32% nas federais. Houve redução considerável entre os amarelos tiveram uma diminuição de 50% nas públicas e 61% nas federais.

Em “Negócios, Administração e Direito”, a tendência de crescimento dos estudantes pardos e indígenas continuou. A representatividade dos pardos cresceu em 56% nas instituições públicas e 46% nas federais, enquanto os indígenas tiveram

um crescimento de 25% nas públicas e 65% nas federais. Neste segmento, houve uma ligeira subida dos estudantes pretos nas instituições públicas (10%), embora tenha havido uma redução de 24% nas instituições federais. Os estudantes amarelos também sofreram uma redução, de 15% nas públicas e 31% nas federais.

Na área de “Saúde e Bem-estar”, mais uma vez se notou um aumento substancial dos estudantes pardos e indígenas. O grupo pardo cresceu 57% nas instituições públicas e 62% nas federais, e o indígena cresceu 89% nas públicas e 107% nas federais. Já os estudantes pretos e amarelos viram uma diminuição na sua participação. Os pretos diminuíram em 7% nas públicas e 21% nas federais, enquanto os amarelos diminuíram em 15% nas públicas e 32% nas federais.

Por último, a área de “Serviços”, teve um comportamento diferente dos demais grupos. O único grupo que cresceu foi o de estudantes pardos, com um aumento de 55% nas instituições públicas e 41% nas federais. Todos os demais grupos reduziram sua participação. Os indígenas tiveram redução de 36% nas públicas e 24% nas federais. Os pretos tiveram uma redução de 22% nas públicas e 38% nas federais. Os amarelos, 12% nas públicas e 32% nas federais.

Em resumo, os dados indicam avanços expressivos na promoção da diversidade racial para pardos. Entretanto, para vários grupos houve redução para estudantes negros. Em geral, houve maior crescimento de pardos e indígenas nas federais, e para pretos nas públicas.

A área de “Agricultura, silvicultura e pesca” foi a de maior crescimento para pardos, seguido por “Saúde e bem-estar”, “Negócios, administração e direito”, as de menor crescimento foram “Ciências naturais, matemática e estatística”, “Educação” e “Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação”.

Para os indígenas, o maior crescimento foi para a “Educação”, seguido por “Ciências sociais, comunicação e informação” e “Saúde e bem-estar”. As de pior desempenho foram “Serviços”, “Ciências naturais, matemática e estatística”.

Para os estudantes pretos, no contexto de públicas, “Artes e humanidades” foram a de maior crescimento com crescimento, seguido por “Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação” e “Negócios, administração e direito”. “Educação” permaneceu quase estável. Todas as demais tiveram redução, sendo as piores “Serviços”, “Engenharia, produção e construção”, e “Ciências naturais, matemática e estatística”. No contexto das federais as de maior crescimento foram “Artes e humanidades”, seguido por “Computação e Tecnologias da Informação e

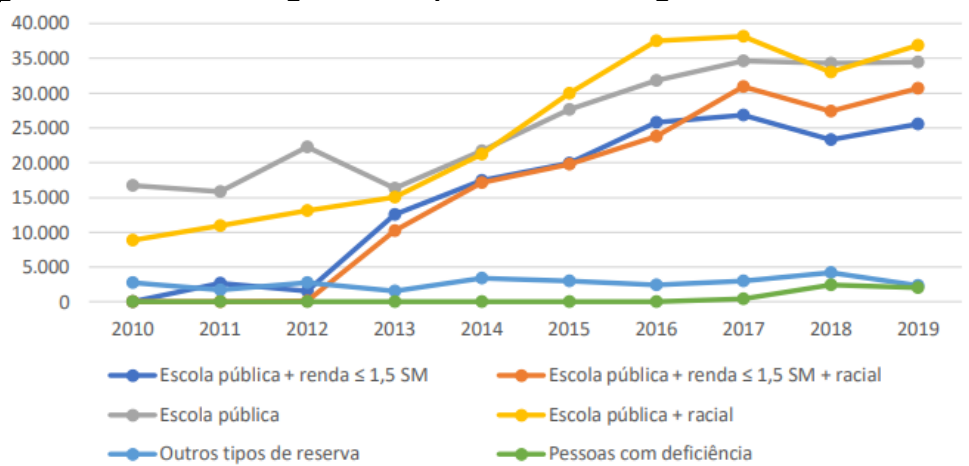
Comunicação”, e todas as demais reduziram, sendo as de maior redução, “Serviços”, “Engenharia, produção e construção” e “Ciências sociais, comunicação e informação”.

Com essas informações em mãos, é possível perceber quais áreas precisam de maior esforço, para conseguir incluir cada um dos grupos raciais menos representados, permitindo a melhoria contínua das políticas de ações afirmativas existentes.

#### 4.2.8 Evolução da quantidade de vagas por tipo de cota

Para esse item, o dicionário apresenta colunas de ingresso de reserva de vagas. Uma delas informa se o aluno é cotista ou não cotista, e outras apresentam quais critérios de cotas o aluno contemplou, sendo de escola pública, raça, renda e deficiência. Os alunos foram então classificados com as combinações possíveis desses critérios em subgrupos combinados. Entretanto foi percebido que a base de 2009 carece de informações dos tipos das cotas, com muitos alunos com cota “não especificada”. Dessa forma não foi possível ver como evoluíram os tipos de cotas nesse trabalho, ficando como sugestão para um outro trabalho, que seja possível acessar bases mais recentes. O trabalho da Lepes (2022), com acesso a todas as bases de 2010 a 2020 conseguiu mostrar grande evolução para o número de ingressantes por reserva de vagas, exceto para reservas para pessoas com deficiência, nas universidades federais, a partir de 2012, após a publicação da Lei de Cotas, como pode ser visto no gráfico da Figura 12.

**Figura 12 - Número de ingressantes por reserva de vagas nas universidades federais**



Fonte: Lepes (2022)

#### 4.2.9 Síntese da análise de discentes

Com base na análise dos dados dos estudantes matriculados, ativos, ingressantes e concluintes:

- A proporção de estudantes brancos e amarelos diminuiu tanto em instituições públicas quanto federais entre 2009 e 2019;
- A representatividade dos estudantes pardos e indígenas aumentou tanto para públicas quanto para privadas;
- A representação dos estudantes pretos permaneceu praticamente constante, com ligeiro aumento, nas instituições públicas, mas teve redução significativa nas federais.
- Foi observada uma queda expressiva na proporção de estudantes de raça amarela, especialmente nas instituições federais, entre os ingressantes. Entre os concluintes, diminuiu nas federais, mas permaneceu quase estável nas instituições públicas;
- Foi observada uma diferença, com um deslocamento para cima nos valores de representatividade de estudantes brancos e amarelos entre os concluintes, comparados aos ingressantes, indicando possível maior evasão entre as classes menos representadas, entretanto isso não altera as tendências que refletem os avanços na representatividade, apenas às atenuam.

Quanto a representatividade de discentes deficientes:

- Houve grande aumento percentual de discentes deficientes nas IES, em ambos os contextos, sendo maior nas federais;
- Houve grande aumento de pardos deficientes em ambos os contextos;
- Houve aumento de pretos em públicas e estabilidade em federais;
- Único subgrupo analisado em que a predominância de brancos foi superada, pela de pardos;
- Houve redução de indígenas.

Quanto a representatividade de discentes por área geral de curso:

- Nas instituições públicas e federais, o número de estudantes pardos aumentou em todas as áreas gerais de curso de 2009 a 2019;
- A presença de estudantes indígenas também aumentou na maioria das áreas gerais de curso, com destaque para Educação, que apresentou um

crescimento de 200% nas instituições públicas e 321% nas instituições federais;

- A representatividade de estudantes pretos diminuiu na maioria das áreas, com exceção de Artes e Humanidades, e Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação. As três piores áreas para eles foram “Serviços”, “Engenharia, produção e construção” e “Ciências sociais, comunicação e informação”.
- No geral, as instituições federais tiveram um melhor desempenho que as públicas no aumento da representatividade de estudantes pardos e indígenas, mas um desempenho pior no aumento da representatividade de estudantes pretos.

Essa é a síntese das discussões expressadas durante as seções anteriores. Além delas, apresenta-se no Quadro 5 - Aumentos percentuais de cada subgrupo de discentes analisado uma síntese quantitativa dos aumentos percentuais, positivos ou negativos, por meio de um *heatmap*. Assim como na seção de docentes, por meio dele é possível visualizar os subgrupos que tiveram melhores resultados, e possível maior efetividade.

Observando-o é possível perceber a região superior mais próxima do vermelho, e mais verde na região de indígenas e pardos. Os pretos ficaram no amarelo, sendo pior quando observado entre os ativos (que desconsidera alunos trancados) e entre os concluintes.

**Quadro 5 - Aumentos percentuais de cada subgrupo de discentes analisado**

Raça	Geral (%)		Ativos (%)		Ingressantes (%)		Concluintes (%)		Deficientes (%)	
	Publ.	Fed.	Publ.	Fed.	Publ.	Fed.	Publ.	Fed.	Publ.	Fed.
Amarela	-27	-46	-26	-46	-50	-65	-5	-29	-51	-52
Branca	-18	-16	-18	-16	-17	-11	-16	-13	-36	-31
Indígena	85	121	87	123	73	86	73	88	37	-48
Parda	41	40	40	40	37	31	43	38	69	63
Preta	0	-19	0	-19	6	-13	1	-21	0	18

Fonte: O autor (2023)

Isso ressalta que embora estejam acontecendo grandes avanços para pardos, indígenas e deficientes, é necessário maior atenção e melhoria das políticas para maior inclusão de pretos. Os esforços para a promoção da diversidade, no ambiente de ensino superior brasileiro, aparentam estar tendo efeitos positivos. Contudo, assim

como já dito anteriormente quanto à docentes, é necessário esforço contínuo para alcançar uma representatividade verdadeiramente equitativa.

## 5 DISCUSSÕES

A experiência de análise foi interessante e desafiadora. Ao aprofundar a investigação na base, surgiram desafios a serem superados e perguntas a serem respondidas.

Um dos primeiros desafios que se impuseram foi definir as perguntas a serem respondidas por meio da análise de dados. Essa etapa crucial exigiu um entendimento profundo do contexto e dos objetivos do estudo, por meio de estudos bibliográficos e do desenvolvimento do referencial teórico, a fim de delinear as questões-chave que guiarão a investigação. Essa fase inicial de planejamento foi fundamental para direcionar o trabalho analítico subsequente e garantir que os resultados obtidos fossem relevantes e de valor para o estudo.

Outro desafio importante foi investigar a qualidade dos dados disponíveis em cada variável, agrupar, renomear e limpar as variáveis, a fim de garantir a confiabilidade dos resultados obtidos.

Uma vez definidas e respondidas as perguntas, surgiu outro desafio importante: como escolher a melhor forma de exibir as informações extraídas dos dados. Nesse ponto, foi necessária uma análise cuidadosa das características dos dados, para entender a melhor forma de apresentá-los. Foram considerados gráficos de inclinação, gráficos de colunas, gráficos de pizza, tabelas e outras formas de representação, com o objetivo de transmitir as informações obtidas de maneira clara e eficaz.

Um grande problema enfrentado foi lidar com a memória RAM do computador na análise. Por se tratar de bases com milhões de dados, foi um processo custoso em termos de memória para as ferramentas utilizadas. Por padrão, o Pandas aloca toda a base na memória RAM do computador no momento em que uma operação está sendo realizada. Isso faz com que a memória do computador encha com facilidade em muitas situações. Por isso, foi necessário contornar esses problemas, utilizando técnicas de divisão da base em blocos menores (*chunks*) para análise, alcançando o mesmo resultado ao final, tomando esses cuidados.

Enquanto avançava a análise, houve a necessidade de lidar com os relacionamentos entre as bases de cursos e alunos. Foi necessário mesclá-las para obter a informação de "área geral" do curso com o aluno. Nesses momentos, foi crucial estabelecer relacionamentos entre as informações, realizando integrações



cuidadosas e explorando técnicas de combinação de dados. Aqui se apresentou o pior problema de memória na operação, que foi contornado utilizando outra estrutura de dados (*hashmap*) para realizar a união das bases.

Outro aspecto fundamental da análise de dados foi garantir a qualidade e a confiabilidade dos resultados obtidos. Isso envolveu a identificação e o tratamento de dados ausentes e outros problemas comuns que poderiam afetar a integridade das informações. Além disso, foi importante deixar bem claro qual o universo de análise que estava sendo observado, para não fazer conclusões precipitadas.

Em diversos momentos da análise, foram questionados os resultados atingidos no que tange à qualidade do censo da educação superior para conclusões mais objetivas sobre as análises raciais, visto a grande quantidade de alunos com raça não declarada. Não era esperada, por exemplo, a redução encontrada no grupo de pretos. Foram levantadas hipóteses para tentar entender o motivo disso ter acontecido e também se suspeita que a possível menor efetividade na declaração dentro desse grupo possa ter influenciado.

Por essa razão, Mello e Senkevics (2019) avaliaram diferentes bases, como o PNAD-C, o Censo Demográfico e uma combinação de CES + Enem. Entretanto, seu trabalho apresentou pardos, negros e indígenas (PPI) de forma agrupada, e assim não foi possível utilizar seu trabalho como um ponto de comparação para os dados do grupo de autodeclarados pretos do presente trabalho.

Diante disso, tentou-se não fazer conclusões objetivas sobre o que aconteceu com o ensino superior nos quesitos abordados, mas sim se limitar a afirmar o panorama encontrado e comparado nas bases de 2009 e 2019, contribuindo com essas informações para a discussão, que pode ser aprimorada por meio de outros trabalhos, em diferentes conjuntos de dados, seja o CES ou outros, seja em diferentes anos. Dessa forma, a complementaridade dos trabalhos pode enriquecer as conclusões.

Ao término do trabalho, percebeu-se que poderia ser interessante fazer uma análise separada das estaduais e municipais em relação às federais, para compará-las separadamente. Foi realizada a análise das instituições públicas incluindo as federais, para ter uma visão geral do contexto em comparação com as federais de forma isolada. Essa poderia ser uma área de melhoria para um trabalho futuro.

À medida que cada desafio era superado, percebeu-se que a análise de dados é uma jornada contínua de aprendizado e descoberta. A cada passo, novas perguntas,

ideias e possíveis melhorias surgiam, o que levava a aprofundar ainda mais a investigação.

## 6 CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho foi apresentar as mudanças que aconteceram no perfil docente e discente das IES. A análise comparativa dos dados de 2009 a 2019 permitiu identificar importantes mudanças no perfil docente e discente das instituições públicas brasileiras de ensino superior. No que se refere aos docentes, observou-se um aumento na representatividade de pretos, pardos e indígenas, bem como uma evolução em suas capacitações. Esse resultado indica um avanço na diversificação e na inclusão desses grupos étnico-raciais no corpo docente das instituições de ensino superior.

Em relação aos discentes, destacaram-se os avanços significativos na representatividade de pardos e indígenas, indicando uma maior inclusão desses grupos no ambiente acadêmico. No entanto, a presença de estudantes pretos ainda apresentou poucas melhorias, demonstrando a necessidade contínua de aprimorar as políticas de inclusão para esse segmento.

Outro resultado relevante foi o aumento da quantidade de discentes deficientes. Esse avanço demonstra uma maior inclusão e acessibilidade no ambiente de ensino superior, para pessoas com deficiência, representando um importante passo em direção à equidade e à valorização da diversidade.

Ao analisar as áreas gerais de curso, observou-se de forma geral o aumento de representatividade de estudantes pardos e indígenas nas diferentes áreas, enquanto a presença de estudantes pretos teve redução em quase todas as áreas, e apenas duas com um pouco de crescimento. Essas análises ressaltam a importância de considerar as especificidades de cada área do conhecimento no desenvolvimento de políticas inclusivas e na promoção da igualdade de oportunidades.

O trabalho foi desenvolvido com o Censo da Educação Superior que ainda tem alta quantidade de informações de alunos com raça não declarada. É importante levar em conta resultados obtidos também por outros trabalhos utilizando outras bases. Além disso, não foi possível fazer a análise da evolução dos números de vagas pela baixa quantidade de informações na base de 2009, o que torna interessante, fazer essa análise com bases mais recentes. Por isso, como trabalho futuro pode-se fazer análises com outras bases, além do CES, e até outras análises com CES de outros anos, fazendo solicitações para utilizar a sala restrita com todos os dados disponíveis no INEP.

No contexto geral, o estudo evidencia que as ações afirmativas têm contribuído para ampliar o acesso e a representatividade de grupos historicamente excluídos no ensino superior brasileiro. No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados para garantir uma maior equidade e diversidade nas universidades, especialmente no que diz respeito à inclusão de estudantes pretos. Esses resultados fornecem subsídios importantes para a avaliação e o aprimoramento contínuo das políticas de ações afirmativas no país.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Rosa Almeida; PEDRON, Cristiane Drebes. Os objetivos das ações afirmativas em uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública brasileira: a percepção da comunidade acadêmica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 99, n. 251, p. 54-73, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/svjKGK9fFtYbSm5ZX9pJhqR>>. Acesso em setembro de 2022.

ALBUQUERQUE, Rosa Almeida; SILVA, Ana Karoline Araújo. **Ações afirmativas no ensino superior público**: análise de resultados da turma de cotistas estudantes de escola pública do curso de administração da UFMT In: Anais do VI SINGEP, 2017, São Paulo.

BRASIL. Ministério da Justiça (MJ). Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (SEDH). **Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial População Negra**. Brasília, 1996.

BRASIL. Escola Nacional de Administração Pública. ENAP, 2021. **Pesquisa de avaliação da política de cotas no serviço público e elaboração de metodologia para avaliação da lei de cotas raciais e sociais nas Universidades e Institutos Federais**. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6672>>. Acesso em outubro de 2021.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino étnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012, p.1.

FRANCISCO, Papa. DISCURSO DO PAPA FRANCISCO AOS PARTICIPANTES NA PLENÁRIA DA CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA (DOS INSTITUTOS DE ESTUDOS). Sala Clementina, 20 fev. 2020. 1. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2020/february/documents/papa-francesco\\_20200220\\_congregaz-educaz-cattolica.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2020/february/documents/papa-francesco_20200220_congregaz-educaz-cattolica.html). Acesso em: junho de 2023.

G1. O que é a revisão da lei de cotas em universidades federais. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/08/12/o-que-e-a-revisao-da-lei-de-cotas-em-universidades-federais.ghtml>. Acesso em: outubro de 2022.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro. **Revista de informação legislativa**, v. 38, n. 151, p. 129-152, 2001. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/705>. Acesso em setembro de 2022.

GUERRINI, D. et al. Acesso e democratização do ensino superior com a Lei nº 12.711/12: O câmpus de Londrina da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 99, n. 251, maio de 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i251.3243>. Acesso em setembro de 2022.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**, 2ª ed. FUSP - Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2005.

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil**: um balanço da intervenção governamental. Ipea, 2002. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9164>>. Acesso em setembro de 2022.

KENT, Michael; WADE, Peter. Genetics against race: Science, politics and affirmative action in Brazil. **Social Studies of Science**, v. 45, n. 6, p. 816-838, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0306312715610217>>. Acesso em setembro de 2022.

LEPES (Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior da UFRJ) e AÇÃO EDUCATIVA, 2022. **Avaliação das políticas de ação afirmativa no ensino superior no Brasil**: resultados e desafios futuros. . Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2022/08/pesquisa-avaliacao-lei-de-cotas-lepes-acao-educativa.pdf>>. Acesso em outubro de 2022

MELLO, Ursula Mattioli; SENKEVICS, Adriano Souza. Panorama de Dados e Indicadores para Monitoramento da Lei de Cotas. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. v. 1. p. 275-300.

MELLO, Ursula Mattioli; SENKEVICS, Adriano Souza. O perfil discente das universidades federais mudou pós lei de cotas? **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. v. 49, n. 172, p. 184-209.

MORAES, Guilherme Pena de. Ações Afirmativas no Direito Constitucional comparado. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v.6, n. 23, p 298-345, 2003.

MOURA, Maria Rosimére Salviano de; TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa. “Não é assim de graça!”: Lei de Cotas e o desafio da diferença. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, p. 593-601, 2018. Disponível em :<<https://doi.org/10.1590/2175-35392018035604>>. Acesso em setembro de 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano e FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>>. Acesso em 29/11/2021.